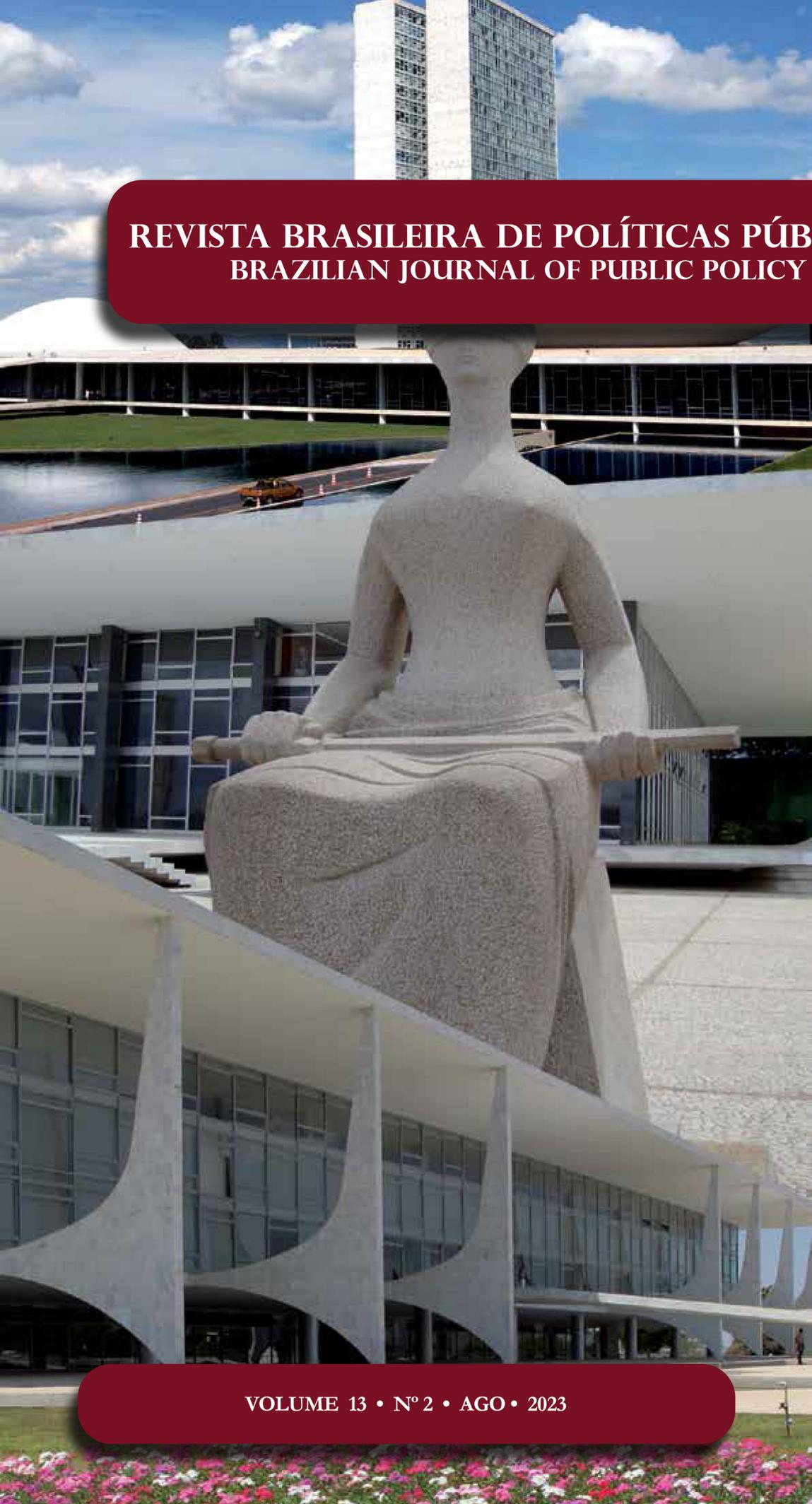


The logo for CEUB (Centro de Estudos Urbanos e Regionais) is displayed in a stylized, bold, white font against a dark red background.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

ISSN 2236-1677

The cover features a photograph of a modern, white, multi-story building with a distinctive architectural style, including a large, curved, cantilevered section. In the foreground, a large, white, abstract sculpture of a seated figure is visible. The sky is blue with scattered white clouds. The entire cover is framed by a dark red border with a subtle, repeating pattern of stylized floral or scrollwork motifs.

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
BRAZILIAN JOURNAL OF PUBLIC POLICY

China's aid policy approach to poverty alleviation in the recipient country: a case study of the Republic of Guinea

Abordagem da política de ajuda da China para o alívio da pobreza no país beneficiário: um estudo de caso da República da Guiné

Ansoumane Douy Diakite

VOLUME 13 • Nº 2 • AGO • 2023

Sumário

I. POLÍTICAS PÚBLICAS, POBREZA E DESIGUALDADE	18
CHINA’S AID POLICY APPROACH TO POVERTY ALLEVIATION IN THE RECIPIENT COUNTRY: A CASE STUDY OF THE REPUBLIC OF GUINEA	20
Ansoumane Douty Diakite	
OS INDICADORES SOCIAIS NO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS	52
Bruno Cazeiro Astolfi, Eduardo Matheus Figueira, José Antônio da Silveira Junior e Daniel Teotônio do Nascimento	
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL E A RENDA BÁSICA UNIVERSAL NO CONTEXTO DA (PÓS)PANDEMIA DA COVID-19	74
Amanda Karolini Burg, Nelson Nogueira Amorim Filho e Francisco Quintanilha Vêras Neto	
A DIFERENCIAÇÃO FUNCIONAL DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E AS ESTRUTURAS DE DESIGUALDADE SOCIAL: CRÍTICA ÀS PRÁTICAS DE EXCLUSÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA JUSTIÇA CRIMINAL.....	92
Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth e José Francisco Dias da Costa Lyra	
II. POLÍTICAS PÚBLICAS, INDÚSTRIA E FINANÇAS	113
ACCOUNTING INFORMATION SYSTEMS AND FINANCIAL CRISES: INSIGHTS INTO LOCAL GOVERNMENTS.....	115
Mahmoud Hany M. Dalloul, Zuraeda binti Ibrahim e Sharina Tajul Urus	
LA REGULACIÓN CONTABLE SOBRE LOS ACTIVOS DE INFRAESTRUCTURA EN LATINOAMÉRICA....	152
Michael Andrés Díaz Jiménez e Mauricio Gómez Villegas	
POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E DIREITO AO TRABALHO NA INDÚSTRIA 4.0: UM MAPEAMENTO DAS INICIATIVAS BRASILEIRAS.....	172
Olívia de Quintana Figueiredo Pasqualetto	
POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRA DE EXPORTAÇÃO VOLTADAS À INDÚSTRIA MOVELEIRA: O AGLOMERADO DE ARAPONGAS	201
Marcelo Vargas e Walter Tadahiro Shima	
III. POLÍTICAS PÚBLICAS EM MEIO AMBIENTE	219
EL PAPEL DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS EN LA SOSTENIBILIDAD DE LA AVIACIÓN	221
Oscar Díaz Olariaga	

LEGAL STATUS OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT PRINCIPLES AND CLIMATE CHANGE RESPONSIBILITIES UNDER THE PARIS AGREEMENT	245
Lupwana Jean Jacques Kandala	
CONTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS BRASILEIRAS PARA O CUMPRIMENTO DA META 11 DO PLANO ESTRATÉGICO PARA A BIODIVERSIDADE 2011-2020	261
Gabriela Barreto de Oliveira, Nicássia Feliciano Novôa e Geraldo Majela Moraes Salvio	
A POLÍTICA PERMISSIVA BRASILEIRA AOS AGROTÓXICOS E SUAS REPERCUSSÕES PARA A SADI QUALIDADE DE VIDA: UMA ANÁLISE SOBRE O USO DE AGROVENENOS	299
Andreza Aparecida Franco Câmara e Juliana Freitas Mendes	
IV. POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE	318
MAPEAMENTO DAS INICIATIVAS IMPLEMENTADAS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS PARA ABORDAR A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL: REVISÃO SISTEMÁTICA DE ESCOPO	320
Sueli Miyuki Yamauti, Jorge Otavio Maia Barreto, Silvio Barberato Filho e Luciane Cruz Lopes	
PROMOÇÃO DA SAÚDE E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: CONEXÕES E DIGRESSÕES ..	363
Gildiney Penaves Alencar, Richard Nicolas Marques Caput, Elton Pereira de Melo, Vanderlei Porto Pinto e Junior Vagner Pereira da Silva	
DESIGUALDADES EN EL ACCESO A LA SALUD EN RÍO NEGRO COMO “NORMALIDAD” PRE PANDÉMICA	387
Soledad A Pérez e Mónica Serena Perner	
V. POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO	401
AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL E A PRESENÇA DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA À LUZ DAS MAISONS FAMILIALES RURALES	403
Juliana Silva da Rocha Nickel e João Pedro Schmidt	
INVESTIGACIÓN BASADA EN PROBLEMAS: UNA APROXIMACIÓN A PARTIR DEL CASO DE LA FORMACIÓN JUDICIAL INICIAL	426
Alexander Restrepo Ramírez, Jean Carlo Mejía Azuero e Nesly Edilma Rey Cruz	
VI. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	442
COMPLIANCE 2030: AS TRÊS DIMENSÕES DE UM NOVO PARADIGMA DO COMPLIANCE E O SEU DESENHO TEÓRICO, NORMATIVO E OPERACIONAL PARA O SETOR PÚBLICO	444
Márcin Haeblerlin, Alexandre Pasqualini e Tarsila Rorato Crusiu	
DESIGN DE SISTEMAS DE DIÁLOGOS E DE DISPUTAS: UMA FORMA DE PREVENÇÃO, GESTÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA O NOVO MUNDO	467
Ísis Boll de Araujo Bastos e Maíra Lopes de Castro	

O PLANEJAMENTO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E A APLICABILIDADE DE SEUS INSTRUMENTOS EM PEQUENOS MUNICÍPIOS	486
Paulo Afonso Cavichioli Carmona e Marcos André Alamy	
VII. POLÍTICAS PÚBLICAS, JUSTIÇA E FORMAS ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.....	500
ADVOCACY: ORGANIZAR E IRRITAR- ESTUDO DE CASO DA ORGANIZAÇÃO CONECTAS	502
Caio Augusto Guimarães de Oliveira, Fernanda Busanello Ferreira e Ulisses Pereira Terto Neto	
RESOLVING DISPUTES WITH HEALING EFFECT: THE PRACTICE OF MEDIATION IN INDIA	532
Anirban Chakraborty e Shuvro Prosun Sarker	
HÁ ACCOUNTABILITY NAS POLÍTICAS DE INCENTIVO À CONCILIAÇÃO PROMOVIDAS PELO CNJ? A PERSPECTIVA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	552
Mariana Cesto e Lourival Barão Marques Filho	
VIII. POLÍTICAS PÚBLICAS EM MATÉRIA PENAL	573
O ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL: ENTRE A CRIMINALIZAÇÃO E O ENFOQUE EM DIREITOS HUMANOS	575
Verônica Maria Teresi e Gilberto Marcos Antonio Rodrigues	
DROGAS E VIOLÊNCIA: DA CRIMINALIZAÇÃO DE COMPORTAMENTOS SEM VÍTIMAS ÀS VÍTIMAS DO PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO	596
Airto Chaves Junior e Thiago Aguiar de Pádua	
ESTUPRO, CONJUGALIDADE E SUBALTERNIDADE DA MULHER NO BRASIL: UMA RELAÇÃO DE (TRÊS) PODER(ES)	620
Jackeline Caixeta Santana e Rosa Maria Zaia Borges	
ESTATUTO DO DESARMAMENTO TORNA-SE DE ARMAMENTO: ARMA DE FOGO NÃO GARANTE SEGURANÇA, A VIOLÊNCIA ESTÁ NO INDIVÍDUO.....	653
Joice Cristina de Paula, Patrícia Peres de Oliveira, Selma Maria Fonseca Viegas e Edilene Aparecida Araújo da Silveira	
IX. TEMAS DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ELEITORAL	666
O CONSTITUCIONALISMO FORTE DA AMÉRICA LATINA.....	668
Anizio Pires Gavião Filho e Lucas Moreschi Paulo	
O MODELO DE FINANCIAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO: IMPACTOS SOBRE A DEMOCRACIA INTRAPARTIDÁRIA	689
Matheus Vequi e Clovis Demarchi	

China's aid policy approach to poverty alleviation in the recipient country: a case study of the Republic of Guinea*

Abordagem da política de ajuda da China para o alívio da pobreza no país beneficiário: um estudo de caso da República da Guiné

Ansoumane Douy Diakite**

Abstract

This paper examines the extent to which China's aid policies integrate poverty alleviation as a goal of their aid in general, particularly in Guinea. More specifically, the paper analyzed how aid donors focus on poverty alleviation and which policies and mechanisms are in place to address poverty in the countries receiving aid. Regarding the methodology, the author collected data from secondary sources, including government declarations of donors, policy documents at both the donor and recipient levels, as well as from scholarly publications. The following findings resulted from study: China's aid policies have progressively incorporated poverty alleviation objectives and identified sectors for intervention against poverty. However, the limitations of China approach to poverty is that China adopts a top-down approach to poverty reduction and lacks of an impact evaluation mechanism based on poverty alleviation.

Keywords: aid policy; China; Guinea; poverty alleviation; strategy.

Resumo

Este artigo examina até que ponto as políticas de ajuda da China integram o alívio da pobreza como um objectivo da sua ajuda em geral, particularmente na Guiné. Mais especificamente, o documento analisou a forma como os doadores de ajuda se concentram na redução da pobreza e quais as políticas e mecanismos existentes para abordar a pobreza nos países que recebem ajuda. No que diz respeito à metodologia, o autor recolheu dados de fontes secundárias, incluindo declarações governamentais de doadores, documentos políticos tanto a nível de doadores como de receptores, bem como de publicações académicas. As seguintes conclusões resultaram do estudo: As políticas de ajuda da China incorporaram progressivamente objectivos de alívio da pobreza e identificaram sectores para intervenção contra a pobreza. No entanto, as limitações da abordagem chinesa à pobreza residem no facto de a China adoptar uma abordagem de cima para baixo para a redução da pobreza e carecer de um mecanismo de avaliação de impacto baseado no alívio da pobreza.

Palavras-chave: Política de ajuda, China, Guiné, Alívio da pobreza, Estratégia.

* Recebido em: 01/10/2022
Aprovado em: 22/05/2023

** PhD in Government Studies from University of Saint Joseph, Macau & Catholic University of Portugal. E-mail: doutyk@gmail.com.

1 Introduction

Today, the rise of China has sparked a heated debate about the threat it poses to the traditional donors' aid policies and practices. Since the Beijing Summit of the Forum on China-Africa Co-operation in 2006, China's renewed interest in Africa has generated significant attention and debate.¹

Western media have criticized China for engaging in debt trap diplomacy by increasing the debt burden of many low- and middle-income countries in exchange for gaining resources.² In addition, China has been criticized for supporting countries unwilling to undertake macroeconomic reforms deemed necessary by the West to reduce poverty.³

This debate has reached a point where the topic of aid effectiveness has taken over the discussion of development aid.

Due to criticisms regarding the role played by foreign aid in low- and middle-income countries in the early 1990s, the donor community has shifted its goal from solely focusing on economic growth to focus on poverty alleviation. Since then, there has been considerable pressure from the doctrines and the recipient countries to make poverty alleviation an overarching goal of aid donors.

Following the adoption of the Millennium Development Goals (MDGs) in 2000, the Monterey Conference in 2002, the Paris Declaration in 2005, the Accra Action Agenda in 2008, and more recently, the sustainable development goals in 2015, the role of aid as a tool for poverty alleviation has been recognized by the donor community. Notably, the ability of the donor to alleviate poverty has been considered a criterion for distinguishing traditional from emerging donors.

Regarding aid policies and practices, donors have approached this issue of poverty alleviation in quite different ways. In this regard, the following questions require scholarly attention: To what extent does poverty alleviation appear to constitute an overarching goal of China's aid policies, and how, from a strategic standpoint, are the policies addressing the causes of poverty in general and particularly in Guinea?

2 Literature review

2.1 Sino-Guinean Relationships

Guinea receives assistance from several development partners. Bilaterally, this includes France, the United States (USAID), Japan (JICA), Germany (GIZ/KFW), Belgium, Spain (AECID), Morocco, and Saudi Arabia, and emerging donors such as China, India, and Brazil.

In addition to these bilateral donors, there are also multilateral and regional donors such as the International Monetary Fund, the World Bank, the European Union, the United Nations Development Program,

¹ OMORUYI, E. *et al.* China's aid and poverty reduction in Africa: the case study of Ethiopia. *International Affairs and Global Strategy*, v. 59, 2017.

² WOODS, N. Whose aid? Whose influence? China, emerging donors and the silent revolution in development assistance. *International Affairs*, v. 84, n. 6, p. 1205-1221, 2008. BERTHELEMY, J. China's engagement and aid effectiveness in Africa. *African Development Bank: Working papers series*, n. 129, may 2011. Available at: <http://www.afdb.org/>.

³ WOODS, N. Whose aid? Whose influence? China, emerging donors and the silent revolution in development assistance. *International Affairs*, v. 84, n. 6, p. 1205-1221, 2008. BRÄUTIGAM, D. *The dragon's gift: the real story of China in Africa*. USA: Oxford University Press, 2011.

the African Development Bank, Islamic Development Bank (IDB), Arab funds, etc. (CIP 2016-2020). Approximately 85% of the Guinean economy is financed through official development assistance.⁴

Following its brutal break with colonial power from 1958 to 1975, Guinea began collaborating with new financial partners who agreed to support the country in its development efforts⁵. Examples of such partners for Guinea include the Soviet Union (USSR) and China. Further, other donors, including Germany (the Federal Republic of Germany), the former Yugoslavia, the United States, and Great Britain, were also present in Guinea after independence. The Soviet Union financed several industrial projects in Guinea, such as the Mamou food processing plant and the N'Zérékore sawmill. It also funded the construction of a hotel, cattle breeding programs, the creation of the Polytechnic Institute of Conakry, and various other projects, including a stadium.

Guinea has been a partner of China ever since the country declared independence from France and, more importantly, during the suspension of Franco-Guinean diplomatic relations in 1965. There have been economic, commercial, and cultural ties between Guinea and China since 1959.

Among the other projects that China has financed are the cigarette and match factories and tea processing plants, the construction of a hydroelectric plant in Conakry, and the construction of the office building in Conakry, such as the Peoples Palace, which hosts the National Legislative Assembly of Guinea. China has become one of Guinea's principal economic partners after France since 2003.⁶

2.2 China's Aid and Projects in Guinea

China's aid to Guinea is challenging to quantify with certainty at present. Due to the absence of a central open database regarding China's assistance to Guinea, we cannot trace the aid flow. Therefore, it isn't easy to aggregate the amount of aid that Guinea has received at the beginning of their relationship. Moreover, the difficulty of estimating China's aid has to do with the methods used to deliver it (in kind or grant, China's resource for infrastructure aid R4I) and the instruments used (project aid).

In contrast with other donors, such as France, the website of the Chinese Embassy in Guinea does not provide any precise amounts of aid other than listing the projects. The only sources of information regarding China's aid are online media and a few publications pertaining to China's aid to Guinea. For instance, some studies provide data from 1959 to 2008. Among others, Guinea has received USD 440 million in free-interest loans from China, USD 374 million in technical assistance, and USD 100 million in commercial loans⁷. Guinea received few in-kind aids after independence. For example, China donated 5000 tons of rice to Guinea after France departed the country in 1959⁸.

Information from the media about the individual projects financed by China but not considered development aid by the OECD/DAC can supplement the abovementioned data. Among these is the agreement on resources for infrastructure (R4I) signed between China and Guinea in October 2016. The amount of the project was USD 20 billion. As a quid pro quo, the Guinean government will grant mining licenses to

⁴ DIALLO, Y. *Les enjeux de l'assistance technique française en Afrique subsaharienne: le cas d'Adetef*. Paris: Presses Académiques Franco-phones, 2016

⁵ DIALLO, M. Beijing: Guinea initials several agreements with China. *Financial Afrik*, 3 Sept. 2018. Available at: <https://www.financialafrik.com/2018/09/03/pekin-la-guinee-paraphe-plusieurs-accords-avec-la-chine/>.

⁶ DOUMBOUYA, S. F. *et al.* Relations between Guinea and China: trade, investment and aid. *AERC Scoping Studies on China-Africa Economic Relations*, Nairobi, 2008.

⁷ DOUMBOUYA, S. F. *et al.* Relations between Guinea and China: trade, investment and aid. *AERC Scoping Studies on China-Africa Economic Relations*, Nairobi, 2008.

⁸ KEITA, N. 60 years of Sino-Guinean cooperation: what are the achievements? *Chine Magazine*, 8 May 2019. Available at: <https://www.chine-magazine.com/60-annees-de-cooperation-sino-guineennes-quels-sont-les-acquis/>.

Chinese mining companies⁹. Thus, the loan is expected to be reimbursed from the revenues of the mining exploitation.

On the other hand, it is essential to recall that the nature of this loan (resources for infrastructure, R4I) remains unclear. There is no indication of whether the loan is concessional or commercial.

Additionally, other projects have benefited from the Chinese grant of USD 100 million. These projects include the construction of the Sino-Guinean hospital and the Parliament building and supporting the National Adaptation Program to Climate Change (Barma, 2017). During the FOCAC in 2018, China committed USD 6 million to finance the Guinean government's food security program and the water supply project¹⁰.

Table 1 – Grant and Interest free loans

Designation	Date and signature
Economic and technical cooperation agreement	13/09/1960
Economic and technical cooperation agreement	16/11/1966
Cultural project agreement	26/08/1968
Economic and technical cooperation agreement	09/10/1969
Interest free loan	13/12/1972
Interest free loan	20/08/1980
Interest free loan	25/03/1985
Interest free loan	10/07/1988
Interest free loan	11/01/1992
Interest free loan	24/09/1993
Economic and technical cooperation agreement: Grant	03/11/1995
Economic and technical cooperation agreement: Grant	17/06/1996
Economic and technical cooperation agreement: Grant	28/12/1997
Economic and technical cooperation agreement: Grant	11/06/1998
Economic and technical cooperation agreement: Grant	09/10/1999
Economic and technical cooperation agreement: Grant	14/09/2000
Economic and technical cooperation agreement: Grant	13/02/2001
Economic and technical cooperation agreement: Grant	18/11/2002
Economic and technical cooperation agreement: Grant	16/05/2003
Interest free loan	09/12/2003
Interest free loan	26/10/2004
Economic and technical cooperation agreement: Grant	26/10/2004
Interest free loan	18/11/2005
Aid in kind	18/11/2005
Grant	25/08/2006
Interest free loan	25/08/2006
Aid in kind: Medical equipement	25/08/2006

⁹ BARMA, A. Guinea: a chinese deal at 20 billion dollars against mining resources. *La Afrique Tribune*, 8 sept. 2017. Available at: <https://afrique.latribune.fr/finances/investissement/2017-09-08/guinee-un-deal-chinois-a-20-milliards-de-dollars-contre-des-ressources-minieres-749504.html>.

¹⁰ DIALLO, M. Beijing: Guinea initials several agreements with China. *Financier Afrik*, 3 Sept. 2018. Available at: <https://www.financierafrik.com/2018/09/03/pekin-la-guinee-paraphe-plusieurs-accords-avec-la-chine/>.

Grant	14/12/2006
Grant	05/07/2007
Grant	05/07/2007

Source: L'économie Guinéenne No 24/25.

Table 2 – Projects financed by Chinese aid in Guinea

	Project	Years	Amount
China's aid projects in Guinea	The People's Palace	1966-1967	RMB 11.5 million
	Construction of National Tobacco and Match factory	1963-1964	NA
	Construction hydroelectric dam	1964-1966	RMB 21.990 million
	Macenta Thea Factory	1968	NA
	Oil mill of Dabola	1970	NA
	Construction of industrial brickyard	1970-1972	NA
	Agriculture equipment factories	1974	NA
	Sugar and Alcohol production factory	1976	NA
	The presidential palace	1996-1997	USD 7 million
	The construction of the National Radio and Television (Koloma 2)	2000	RMB 60.5 million
	The emission centers of Labé, Kankan, and N'Zérékoré	2001	RMB17 million
	Condeyeh Health Center	2001	RMB 5 million
	Equipment of the Koloma 2	2004	RMB16.7 million
	Technical Assistance to Koloma 2	2006-2007	RMB 4.7 million
	The reconstruction of the road between Coyah, Mamou, and Dabola	NA	USD 1.2 billion
	The rehabilitation of roads and sanitation in the capital (Conakry)	NA	USD 200 million
	The reconstruction of four universities	NA	USD 300 million
	The interconnection of the power grid in Upper Guinea	NA	USD 250 million
	Construction and equipment of Sino-Guinean Hospital	2013	USD 10 million
	Construction of Nongo's stadium	2007-2011	USD 50 million
Grant to the fight against Ebola	2014	USD 5 million	

Source: Adapted by author from media report.

In addition to supporting the infrastructure sector, China has provided technical assistance to various government sectors. Several technical assistance projects have been implemented in the agriculture, energy, and health sectors. The Chinese have sent 27 medical teams to Guinea, totaling 660 personnel, since 1968. Around 700 Guinean students have been awarded scholarships from the Chinese government to study in China since 1973.

We can round the total amount of Chinese aid projects in Guinea between 1960 and 2009 (infrastructure and technical assistance) to hundred six (106)¹¹.

¹¹ DIALLO, M. Beijing: Guinea initials several agreements with China. *Financial Afrik*, 3 sept. 2018. Available at: <https://www.financialafrik.com/2018/09/03/pekin-la-guinee-paraphe-plusieurs-accords-avec-la-chine/>.

2.3 Review of scholarly work relating to the nexus between China's aid and poverty reduction

In recent years, a number of studies have been conducted regarding China's aid to African, Asian, and Latin American countries. Scholars, however, differ on the role played by China's aid in reducing poverty in its partners' countries. According to skeptics, China's aid has other goals than poverty reduction, whereas optimists believe that China's aid has contributed to poverty reduction in some areas.

2.3.1 Skeptics Views

There are several critiques made by the skeptics of China's aid, mainly about its effectiveness in reducing poverty. When analyzing China's aid allocation, Kapchanga concluded that the aid does not aim to reduce poverty. Rather than providing aid to the poorest countries, China's aid is provided to authoritarian regimes and resource-rich countries. Despite the autocratic nature of their regimes, Zimbabwe, Angola, and Sudan, for instance, continue to receive Chinese assistance. Consequently, Kapchanga's study concluded that poverty reduction is not the overarching goal of China's aid. In the author's opinion, the primary purpose of China's aid is to obtain natural resources from the recipient¹².

The findings of this study align with those of Cabestan regarding the economic motives of China. The author argues that China's aid-giving is motivated by its desire to gain access to raw materials, agricultural products, and markets for its manufactured goods. In addition, China is using aid as an instrument to internationalize its firms in the infrastructure sector in Africa¹³.

In her study, Sun pointed out that the intention of China's aid to Africa is not entirely altruistic. She added that Chinese projects create access to Africa's natural resources, local markets and business opportunities for Chinese companies, and employment for Chinese laborers. The author pointed the following:

When Chinese officials emphasize that China also provides aid to countries that are not rich in natural resources to defuse international criticisms, they often forget to mention that China may have its eyes on other things which these countries can deliver, such as their support of Beijing's "one China" policy, of China's agenda at multilateral forums, and of China as a responsible stakeholder¹⁴.

Will¹⁵ and Lum et al.¹⁶ also consider that projects such as cultural centers, government buildings, and stadiums offer limited or transitory economic benefits for the beneficiary¹⁷.

2.3.2 Optimists views

Among the optimists is Brautigam, who has conducted extensive research on China's aid. In her book *Dragon Gift: The Real Story of China in Africa*, Brautigam compares China's aid to that of the European Union¹⁸. The author believes that China's development aid has contributed to poverty reduction by supporting economic growth through infrastructure and human development projects in education, health, and training.

¹² KAPCHANGA, M. China's aid to Africa needs transparency. *Global Times*, 2013.

¹³ CABESTAN, J. P. Les relations Chine-Afrique: nouvelles responsabilités et nouveaux défis d'une puissance mondiale en devenir. *Hérodote*, n. 150, p. 150- 171, Third Term 2013.

¹⁴ SUN, Y. China's aid to Africa: monster or messiah? *Brookings East Asia Commentary*, 2014.

¹⁵ WILL, R. China's stadium diplomacy. *World Policy Journal*, 2012. Available at: <http://www.worldpolicy.org/journal/summer2012/chinas-stadium-diplomacy>.

¹⁶ LUM, T.; FISCHER, H.; GOMEZ-GRANGER, J.; LELAND, A. China's foreign aid activities in Africa, Latin America, and Southeast Asia. *In: CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE REPORT FOR CONGRESS*, 2009, Washington D. C. *Proceedings* [...]. Washington D. C.: Congressional Research Service, 2009.

¹⁷ STRANGE et al. *China's development finance to Africa: a media-based approach to data collection*. Center for Global Development, 2013. (Working Paper, n. 32).

¹⁸ BRÄUTIGAM, D. *The dragon's gift: the real story of China in Africa*. USA: Oxford University Press, 2011.

During 2010 and 2013, studies were conducted on the impact of China's aid on Sudan¹⁹, Uganda²⁰, and Cameroon²¹. The focus of all of these studies was to determine how China's aid enhanced the self-reliance capabilities of recipients. The results of the studies conducted on Sudan and Uganda indicate that Chinese aid has enhanced capacity in both countries. The results of the study about Cameroon, however, indicate that China's aid has a minor impact on capacity building.

In his study, Banik focused on Malawi²². The author examined China's infrastructure development, employment creation, and support for agriculture, health, and education sectors. The author assessed the contribution of China's aid to poverty reduction by focusing on the perceptions of donors and beneficiaries.

The study found that the Chinese intervention aligned with the six priority areas outlined in the Malawi Growth and Development Strategy (MGDS), which include: agriculture and food security; irrigation and water development; transport and infrastructure development; energy generation and supply; integrated rural development; and, prevention and management of nutrition disorders and HIV/AIDS. The study also concluded that China had created about 3,000 jobs for Malawians through infrastructure projects.

2.3.3 Conclusion

As a result, we can divide the literature on China's aid and poverty reduction into two categories. First, studies led by the American writer Brautigam and followed by others such as Guloba et al., Dोगima, and Banick found positive links between China's aid and poverty in some African countries.

Alternatively, some scholars believe that China's aid impact on poverty is quite questionable for three main reasons: the wrong allocation of aid, the limited employment opportunities that are created for the beneficiaries, the negligible impact of the aid on capacity building, the nature of some projects which may be irrelevant for poverty reduction and finally the adverse environmental effects of China's projects.

It must be noted, however, that most of the criticisms have been countered by arguments that diminish their substance. However, most of the criticisms have been countered by arguments that undermine their validity.

Accordingly, based on the findings from the literature, this paper will analyse from a comparative perspective the approach used by China and OECD/DAC donors, specifically France, to alleviate poverty in the Republic of Guinea. This study will conduct a policy-level analysis rather than a project-level analysis.

3 Methodology

This paper analyze China's policies regarding poverty alleviation in general and particularly in Guinea. In that regard, this study gathered data primarily from the aid policy documents of China, the policy documents of the recipient government, and scholarly publications. The study made extensive use of secondary sources.

¹⁹ NOUR, M. The impact of China-Africa aid relations: the case of Sudan. *Policy Brief of African Economic Research Consortium (AERC): Collaborative Research China- Africa Project*, 2010.

²⁰ GULOBA, M. *et al.* The impact of China-Africa aid relations: the case of Uganda. *AERC Collaborative Research China: Africa Project*, n. 10, Nov. 2010.

²¹ DOPGIMA, G. *Impact of China's aid on economic development in Africa: the case of Cameroon*. 2013. Thesis (Master's degree) – University of Gothenburg, Gothenburg, Sweden, 2013.

²² BANIK, D. China's aid and poverty reduction in Africa. In: YU, G. (ed.). *Rethinking law and development*. London: Routledge, 2013. p. 215-247.

The review of China’s aid policy documents included the declarations and commitments made by China in FOCACs between 2000 and 2021 and the White papers on foreign assistance (2011-2014-2021). More specifically, the following China’s aid policy documents were analyzed: (the White Papers on China Foreign Aid 2011, 2014, and 2021; China’s Eight Principles on Foreign Aid 1964; and the Exim-Bank Concessional Loan Regulation of 1995) and declaration of authorities (the China Premier’s declaration in Addis Ababa in 2014 and Xi Jinping declaration in 2021 at Dakar forum).

For the recipient country side, the publication, journal de l’Economie Guinéenne titled: 50 ans de coopération exemplaire (2009) was explored as well. The purpose of this document was to clarify and identify China’s aid projects in Guinea.

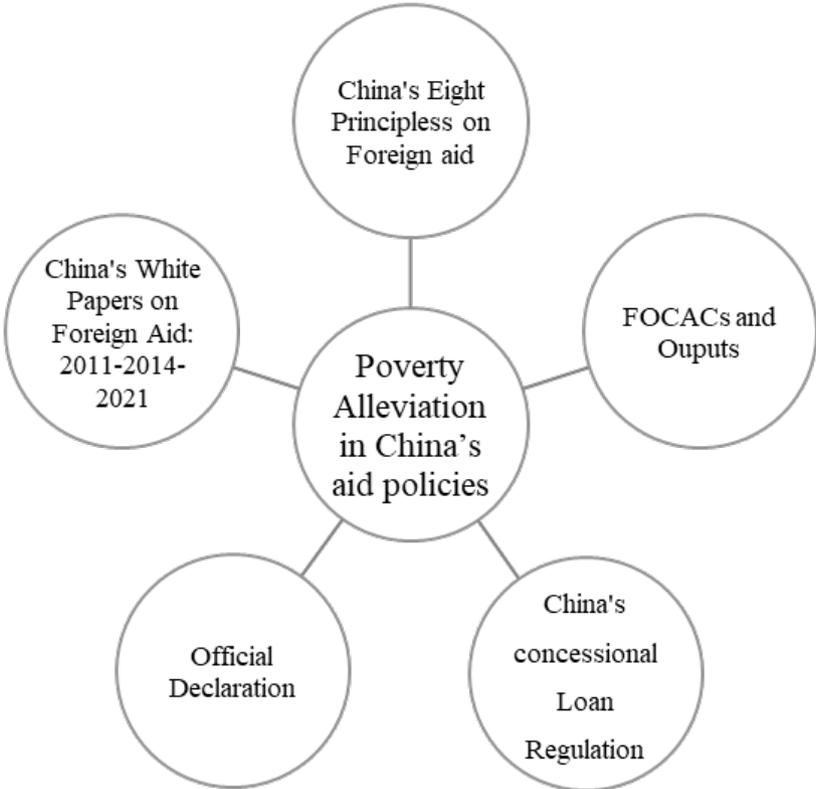
4 Findings

In this study, the main questions are to what extent poverty alleviation is taken into account in China’s aid policies, and what strategies have these two donors implemented to address poverty in general and particularly in Guinea. The following findings can be drawn in light of data collected.

4.1 Poverty Alleviation in China’s aid policies

The analysis of this research revealed that China has integrated poverty into its aid policies from the beginning. Some aid policy documents make indirect references to poverty as a goal of China’s aid and while other set poverty alleviation as one of the goal of China’s aid primarily in Africa (Fig. 1).

Figure 1 – List of China’s aid policy documents



Source: by authors.

4.1.1 China's Eight Principles

In the earlier policy documents, such as China's Eight Principles on Foreign Aid, poverty alleviation in the recipient country was addressed through the promotion of capacity building and economic development. Although China does not explicitly state that poverty alleviation is one of its goals in this policy document, some aspects of poverty are addressed by the concept of economic development. Fitzgerald and Leigh define "economic development as the preservation and raise of the community's standard of living through a process of human and physical infrastructure development based on principles of equity and sustainability"²³. This definition addresses some causes of poverty, such as the lack of income, education, health, and the basic infrastructure necessary to live a better life.

The only shortcoming of this aid policy is the lack of clear strategic guidelines regarding how China's assistance can address and the support the various components of economic development. In addition, this policy document combines two interests: those of the recipient country and those of China. As a result, it is important to emphasize that China's aid does not exist in a vacuum from an economic, political, or strategic perspective.²⁴

Although the economic development of the recipient country is a stated objective of China's foreign aid, China's economic development remains its top priority. In China, this strategy is referred to as a win-win approach to development, combining the interests of donors and recipients.

4.1.2 China's Forum on China-Africa Cooperation (FOCACs): 2000 to 2021

Since 2000, several FOCACs have been organized between China and Africa regarding various topics, including aid, investment, trade, etc. Some sections of the FOCACs devoted to aid have approached poverty alleviation differently. In this regard, the FOCACs can be categorized in the following ways:

The first category recognized poverty as a challenge for development in Africa and identified sectors for China's intervention without explicitly referring to them as a means of reducing poverty. The 2000 FOCAC is a good example. The Chinese government and its partners acknowledged that "aggravated poverty has hindered the development of Africa"²⁵. The declaration did not state whether poverty alleviation was the primary objective of China's intervention (aid, investment, and trade) in Africa.

In the second category, China and its partners focused on strengthening their cooperation in poverty alleviation. Consequently, in the 2009 FOCAC, a section was devoted to cooperation on poverty alleviation.

Both China and its partner acknowledged in the declaration titled "Cooperation in Poverty Reduction" that the task of eradicating poverty is a challenging one. In paragraph 5.5, they (China and Africa) emphasize the urgent need for Africa to accelerate the process of poverty reduction through cooperation and exchanges in this area.

As a result, China committed to continue sharing its poverty reduction experiences with its African partners through seminars and training sessions that would build the African partner's capacity and make poverty alleviation efforts more effective.²⁶

²³ FITZGERALD, J.; LEIGH, N. G. *Economic revitalization: cases and strategies for city and suburb*. [S. l.]: Sage Publications, Incorporated, 2002.

²⁴ PAN, Y. China's foreign assistance and its implications for the international aid architecture. *World Century Publishing Corporation and Shanghai Institutes for International Studies China Quarterly of International Strategic Studies*, v. 1, n. 2, p. 283-304, 2015. DOI: 10.1142/S2377740015500141. DIAKITE, A. D.; PHILLIPS, J. O. L. Motives of traditional and emerging donors in aid giving: comparative study between China and France. *Journal of Social and Political Sciences*, v. 2, n. 4, p. 1026-1037, 2019. DOI:10.31014/aior.1991.02.04.140.

²⁵ FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION: 2000.

²⁶ FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION: 2009, 2012.

At the 2015 FOCAC, China reiterated poverty alleviation as an objective of its presence and, more specifically, its aid to Africa. As a result, a number of actions need to be taken, including a deepening of the exchange of experiences regarding poverty eradication strategies. To implement such initiatives, some tools have been developed.

These include the China-Africa Poverty Eradication and Development Conference, the establishment of multilevel inter-governmental and inter-society dialogue mechanisms for poverty eradication, as well as workshops and training sessions in poverty eradication and development (FOCAC, 2015).

Earlier conferences from 2010²⁷ also examined the link between poverty alleviation and agricultural development, poverty alleviation and infrastructure, and poverty alleviation and special economic zones. The Africa-China Poverty Reduction and Development Conference, held as part of the 2018 FOCAC, focused on poverty alleviation, sustainable development, technology transfer, and agricultural exchanges within the Belt and Road Initiative.

To date, these conferences have been limited to sharing experiences on strategies used by China and its African partners. A total of nine meetings related to poverty alleviation have been held between China and Africa. Another tool for alleviating poverty is training, which is mentioned in most FOCACs' declarations. They primarily target African government officials who are involved in poverty alleviation.

We can highlight the following training that took place between China and Africa since the aftermath of 2009 FOCAC:

- Seminar held in 2011 for Nigerian middle-rank officials on “Management of Development Aid”;
- A seminar held in 2012 on the Millennium Development Goals and Sustainable Poverty Reduction for Developing Countries;
- A series of seminars was organized in 2012 for Officials from Francophone African countries on Development-oriented Poverty Alleviation and Practice, Rural Development and Poverty Reduction for Developing Countries, and Rural Public Service and Comprehensive Poverty Reduction for Officials from Francophone African countries.
- Two majors' seminars were held in 2013. In the first, the topic was the implementation of the UN Millennium Development Goals for Francophone African officials, and in the second, the theme was the Poverty Reduction Strategies for Nigerian officials in 2013.²⁸
- Conference on China-Africa partnership for poverty reduction held in Uganda between 28 and 29 November 2019.
- The 2021 FOCAC Africa-China Poverty Reduction and Development Conference was held On December 7. It targeted all the participants to FOCAC.
- Seminar was held on July 22, 2022 on Development and Poverty Reduction for Government Officials from Belt and Road Countries Ends in Beijing. Nigeria was the major participant.

China has held 133 poverty reduction seminars and shared its experience with 3,587 practitioners from 133 countries and regions, including 2,122 representatives from 52 African countries²⁹.

²⁷ AFRICA-CHINA POVERTY REDUCTION AND DEVELOPMENT CONFERENCE: Addis Ababa in 2010.

²⁸ INTERNATIONAL POVERTY REDUCTION CENTER IN CHINA: See the list of training at <http://www.iprcc.org/Index/skip/lid/146.html>.

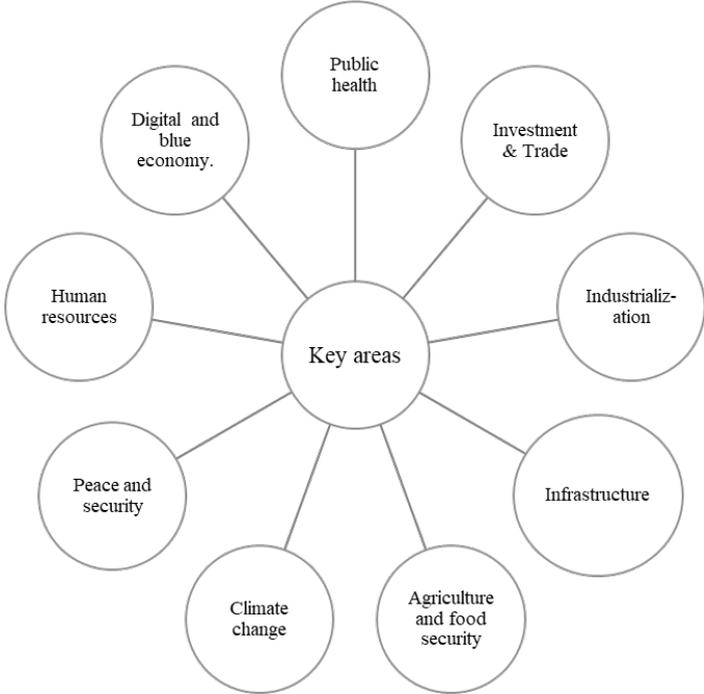
²⁹ LEI, L. China, Africa will strengthen poverty relief exchanges. *China Daily*, 15 aug. 2018. Available at: <http://www.chinadaily.com.cn/a/201808/15/WS5b73649aa310add14f385c3f.html>.

During the 2018 FOCAC, capacity building and other FDI and trade tools were considered tools for alleviating poverty. Agriculture, infrastructure development (rural public services), industrialization, health, education, and the environment were identified as potential intervention areas. However, it is essential to emphasize that aid was not the only instrument used to intervene in the sectors. Foreign direct investment and trade were also considered effective tools.³⁰ In order to address poverty, a number of actions were identified. Among them are collaborations with African countries and relevant institutions to launch joint research projects, policy consultations on poverty alleviation, and sending experts and volunteers to provide technical assistance. Providing support to young entrepreneurs was also considered a means of addressing poverty³¹.

The 2021 FOCAC was organized under the theme “Deepen China-Africa Partnership and Promote Sustainable Development to Build a China-Africa Community with a Shared Future in the New Era” (Figure 2). China and its partner approaches toward poverty was not much different from the previous ones. China’s poverty alleviation still focuses mainly on sharing experience on poverty reduction (through technical assistance) and building infrastructure.³² Under the section 12 of the declaration, both China and Africa reiterated the collective needs to reduce poverty in order to meet the same SDGs through sharing experiences “on governance, poverty alleviation and development”.³³

In addition to China’s traditional focus, President Xi emphasized China’s commitment to supporting Global Development Initiatives, including the African Union’s Agenda 2063 and the United Nations 2030 Agenda for Sustainable Development. As a result of the forum, the Dakar Action Plan (2022-2024) was adopted (Fig. 2). In conjunction with the same forum, the Africa-China Poverty Reduction and Development Conference took place online on December 7, 2021³⁴.

Figure 2 – Dakar Declaration of the Eighth Ministerial Conference of the Forum on China-Africa Cooperation, 2021



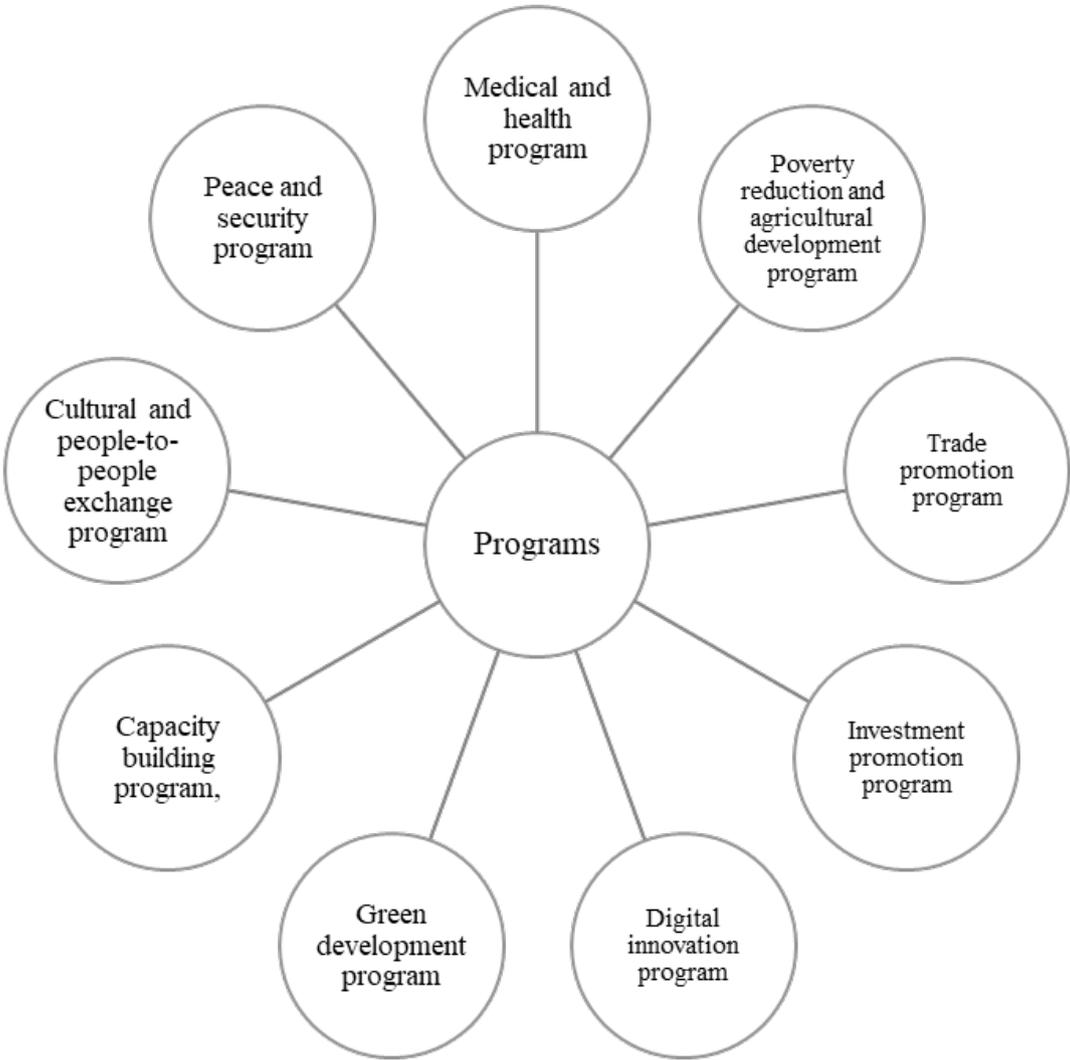
Source: Author

³⁰ FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION BEIJING ACTION PLAN (2019-2021), 12 Sept. 2018. *Proceedings* [...]. China Ministry of Foreign Affairs: MFA, 2018. Available at: https://focacsummit.mfa.gov.cn/eng/hyqk_1/t1594297.htm.
³¹ FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION: 2018.
³² DAKAR ACTION PLAN (2022-2024).
³³ FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION: 2021
³⁴ INTERNATIONAL POVERTY REDUCTION CENTER IN CHINA: The 2021 FOCAC Africa-China Poverty Reduction and Development Conference. Available at: <https://www.iprcc.org/article/45yvBpz3rEm>.

4.1.3 Dakar Action Plan (2022-2024)

Dakar Action is one of the outputs of the Forum of China Africa Cooperation. It highlights nine majors program guiding China-Africa Relations in the next two years (Fig. 3).

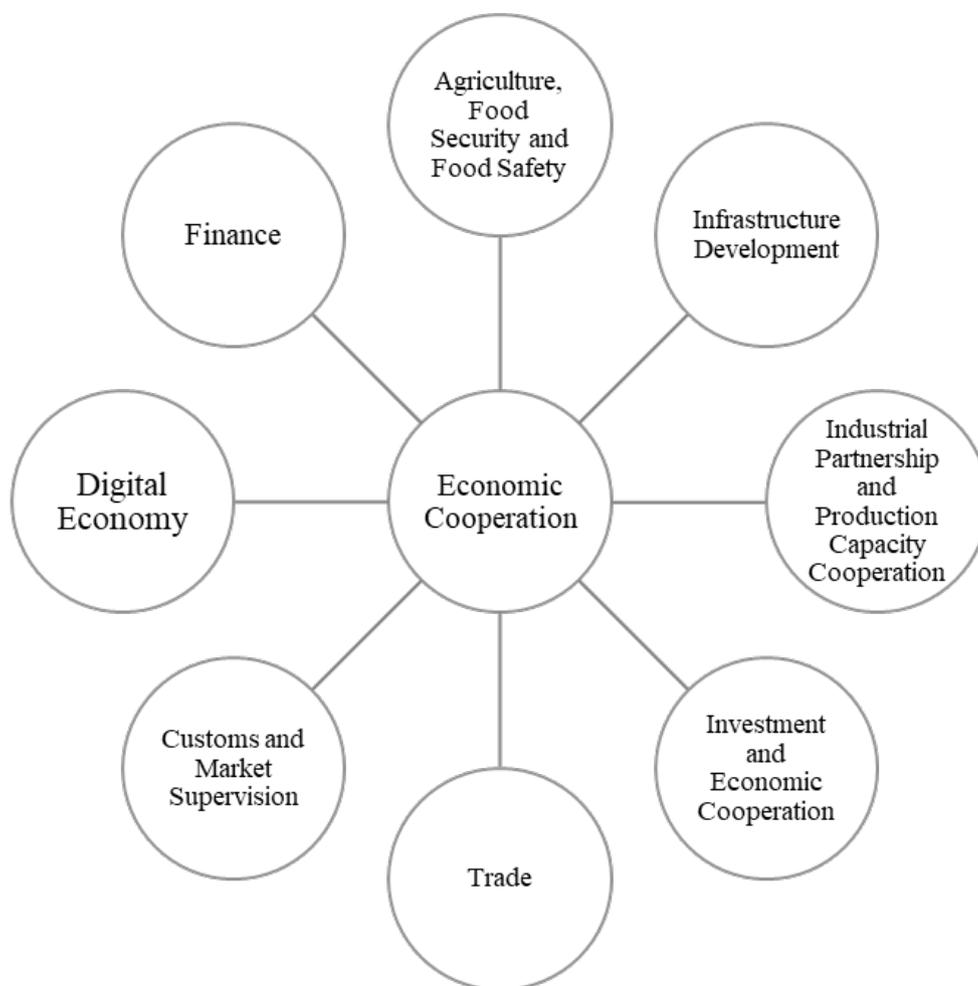
Figure 3 – Nine majors’ programs were identified as part of China’s strategies



Source: Author

In the Dakar Action Plan, various areas were identified for China’s interventions in Africa in terms of political, economic, and social cooperation (Fig. 4).

Figure 4 – Economic cooperation³⁵



Source: Author.

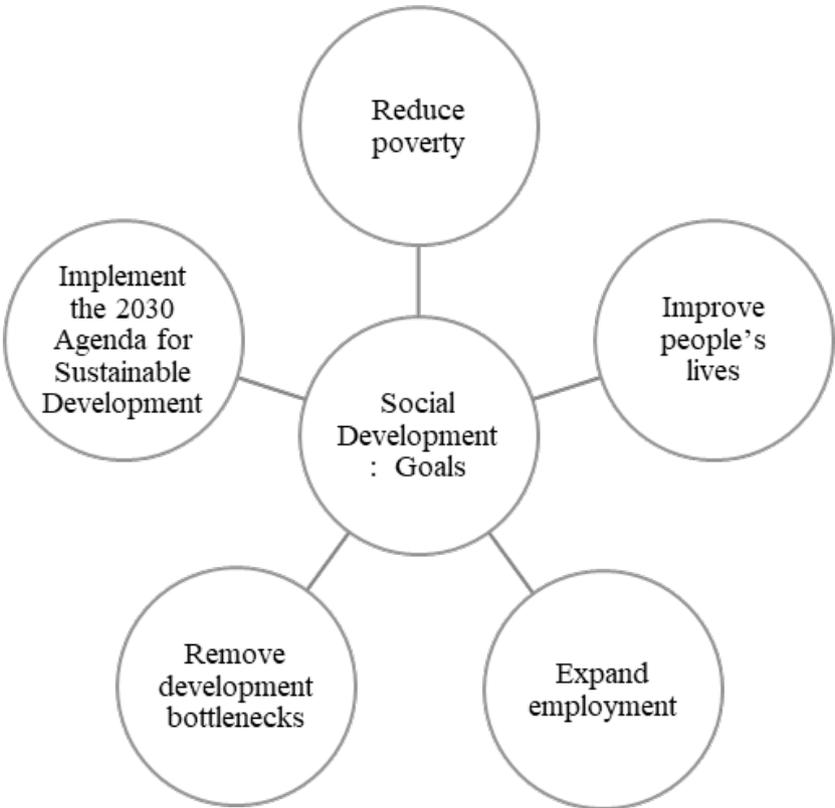
In these areas, financing tools include concessional loans and other financial support, such as a special loan for the development of African SMEs and Panda bonds. Though the focus on these eight areas does not express much about China's poverty reduction strategies, some do address the underlying causes of poverty. In this context, poverty-related areas include:

- Agriculture.
- Food Security and Food Safety.
- Employment creation through infrastructure projects.
- Support for local exports to China through duty-free export policies.

Figure 5 below provides an overview of China and Africa's social cooperation which appears to be centered around poverty alleviation (Fig. 6).

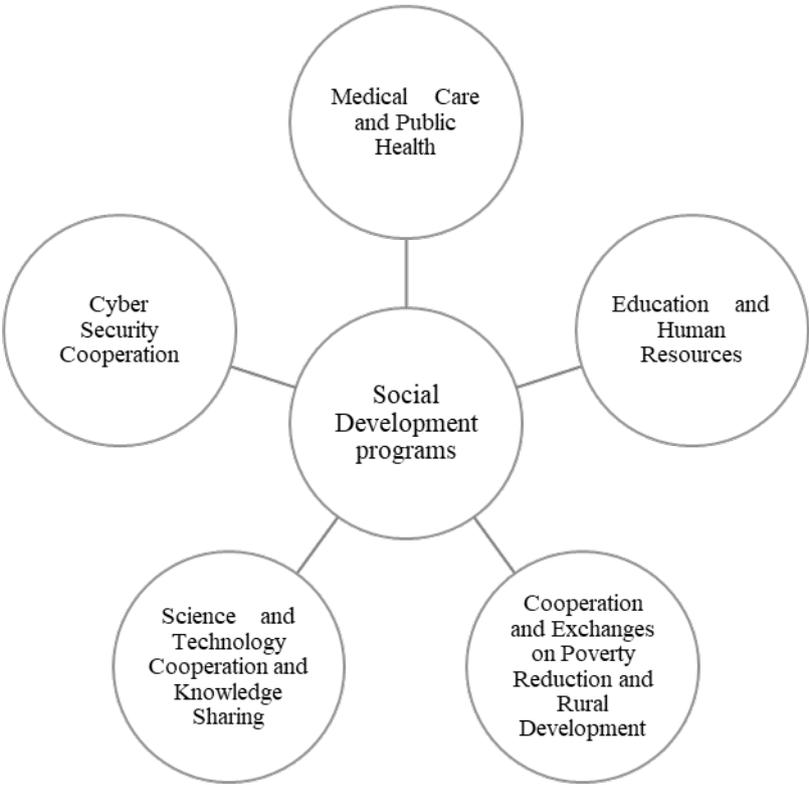
³⁵ FOCAC 2021. Available at: http://www.focac.org/eng/zywx_1/zywj/202201/t20220124_10632444.htm.

Figure 5 – Goal of Social Development policy strategy in Africa



Source: Author.

Figure 6 – Areas of intervention for Social Development in Africa



Source: Author.

There are a number of ways that China may intervene in each of these areas, including aid in kind (such as equipment), infrastructure development, technical assistance, regular policy dialogue, technology exchange (health sector), vocational and technical training, scholarship programs, capacity building in poverty reduction, and technology transfer (Education and Human Resources).

In addition, the intervention has focused on organizing workshops on poverty reduction policies and rural development tailored to the needs of African countries, as well as organizing Poverty Reduction and Development Conferences.

Additionally, other fields have been explored, including poverty-oriented agricultural assistance (Cooperation and Exchanges on Poverty Reduction and Rural Development), technology-supported poverty reduction, and the establishment of a Joint Research Center in the fields of modern agriculture, biodiversity, eco-environmental protection, and public health (Science and Technology Cooperation and Knowledge Sharing). As far as cyber security cooperation is concerned, its relation and approach to poverty reduction has not been outlined in the FOCAC.

4.1.4 China-Africa Cooperation Vision 2035

This document aims to establish the direction and objectives of China-African cooperation in the medium and long term.³⁶ The vision was developed in accordance with the Chinese Vision 2035, the UN 2030 Agenda for Sustainable Development, the African Union Agenda 2063³⁷, as well as the national development strategies of the African countries. In this regard, the noble question is, to what extent have the national development strategies of the 53 African countries been incorporated into this vision document? In addition, how were all the foundational visions (from China, the United Nations, the African Union, and partner countries) integrated into one?

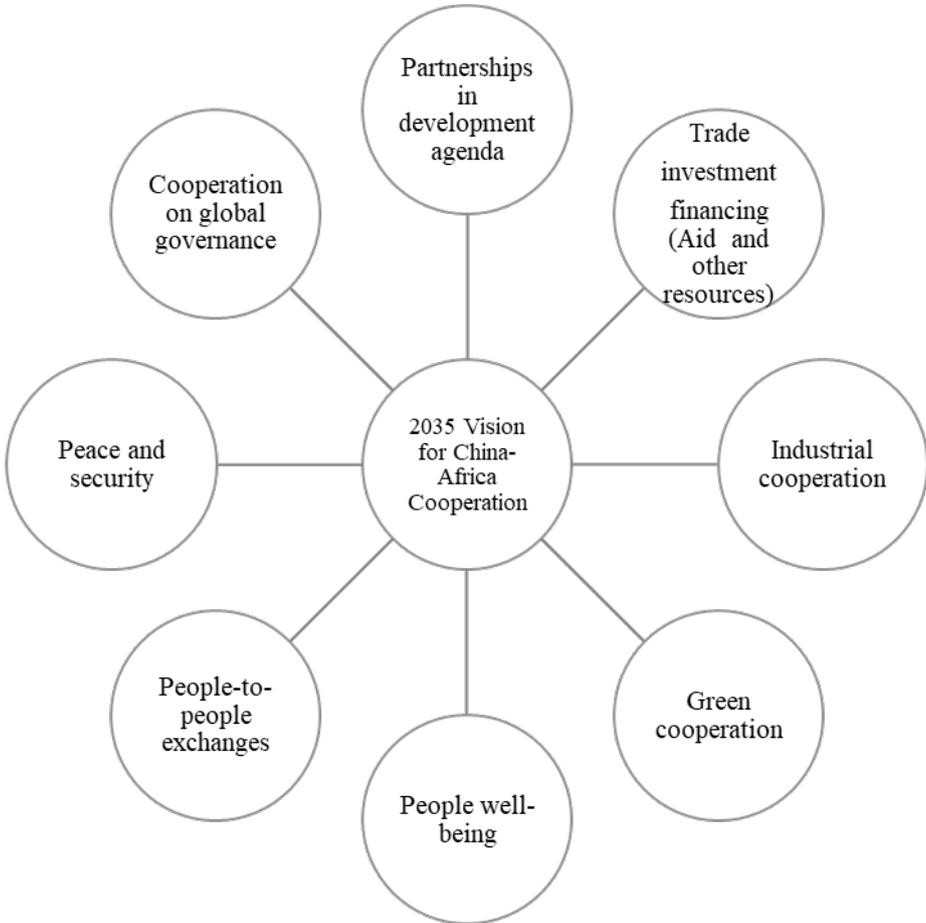
Out of the eight objectives of the future cooperation between China and Africa, objective five (improving the well-being of people) is focused on poverty alleviation (Fig. 7).

Figure 8 illustrates the strategy designed by China and its African partners to improve the well-being of their citizens. In section 5.2 of the vision, a list of ingredients that can be used to combat poverty is provided (Fig. 9).

³⁶ SUN, Y. China's aid to Africa: monster or messiah? Brookings East Asia Commentary, 2014. considers the 2035 Vision for China-Africa Cooperation as a vision aligned with China's own 2035 Vision for development, and is a clear continuation of the trends, evolution, and adjustments in China's Africa strategy.

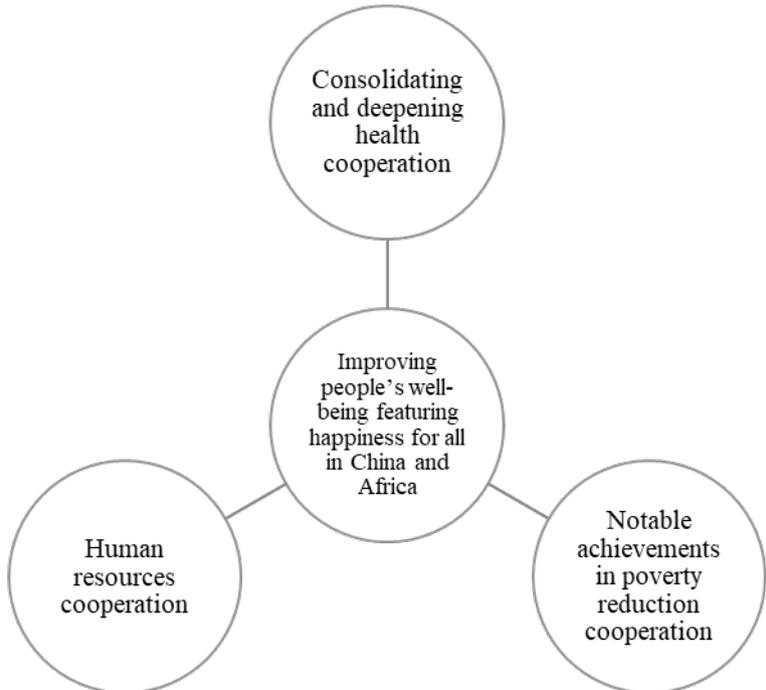
³⁷ AFRICAN UNION. *Goals & Priority Areas of Agenda 2063*. Available at: <https://au.int/en/agenda2063/goals>.

Figure 7 – 2035 Vision for China-Africa Cooperation



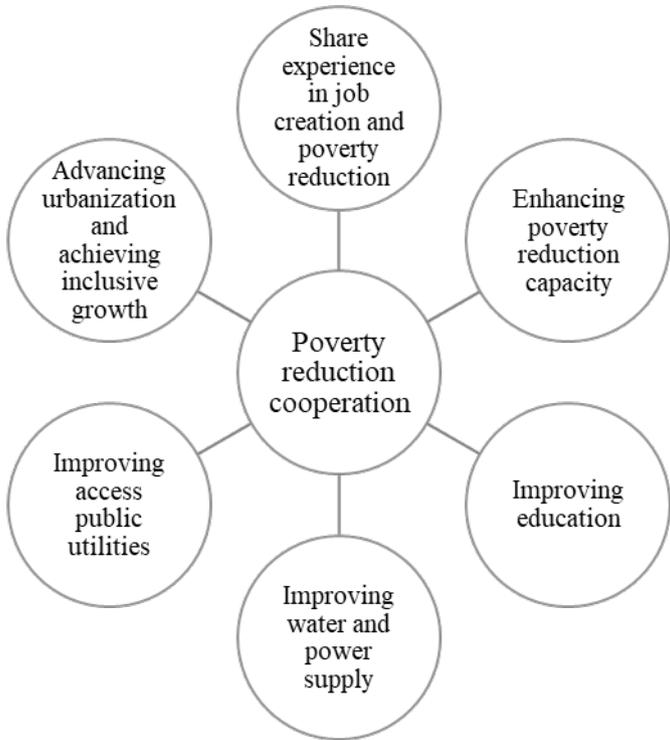
Source: Author.

Figure 8 – Improving people’s well-being featuring happiness for all in China and Africa



Source: Author.

Figure 9 – China and Africa Agreed poverty Reduction strategies



Source: Author.

Thus, regarding China’s forum with African countries, it is essential to point out that poverty alleviation is at the center of the discussion. There are, however, notable differences between the FOCACs in the way they address poverty, either directly (through pro-poor targeting and projects) or indirectly (through sectoral targeting with a trickle-down effect). Poverty alleviation was not a focus of the FOCACs in 2000, 2003, and 2006 but was addressed indirectly through sectoral strategies. The focus of China’s commitments was on some aspects of poverty alleviation, such as improving the living conditions of the partner countries in Africa by providing them with education, health care, water, and basic infrastructure. Specifically, there was a lack of differentiation between what action falls under China’s aid domain and what falls under China’s investment domain. 2009, 2012, 2015, 2018, and 2021 FOCACs, incorporated poverty alleviation into the discussion between China and its partners. The FOCACs identified a more straightforward strategy for addressing poverty reduction through aid. As a result of the 2021 FOCAC and its outputs (2021 Dakar Action Plan and China-Africa Vision 2035), China’s aid is expected to be aligned with the 2030 Sustainable Development Agenda and the national development strategies of the partner countries. Poverty alleviation has been at the forefront of China-Africa relations over the last decade. However, its weight in the overall relationship remains unclear. This is explicit both in the FOCACs and its various outputs such as the 2021 Dakar declaration and the China-Africa vision 2035.

In addition to examining FOCACs, this paper analyzes other aid policy documents in order to determine to what extent they focus on poverty alleviation.

4.1.5 China’s Concessional Loan and poverty alleviation

China’s concessional loan regulation’s focus on poverty alleviation remains debatable. According to the Concessional Loan Regulations of 1995, the project seeking financing should generate “promising economic returns or good social benefits” for the recipient country. However, there was no clear definition of “economic return” and “good social benefits” and whether these benefits should accrue to the poor or the

non-poor. Apart from this lack of clarity, it is important to highlight a limited correlation between China's concessional loans and poverty alleviation. Generally, such loans are not provided to poor countries due to the requirement that the country's creditworthiness is established. Consequently, poor countries with little or no solvency are excluded and not eligible for participation.

Consequently, we can draw the following conclusions. First, poverty alleviation cannot be viewed as an overarching objective of China's concessional loans. It targets creditworthy countries and is less likely to benefit overburdened poor countries in Africa due to their inability to honor their debts.³⁸ In addition, China has shown a preference for addressing poverty through grants and, to some extent, interest-free loans (to finance public facilities) in poor African countries.

4.1.6 China-AU Joint Programme on Poverty Reduction and China White Papers on Foreign Aid³⁹

This study also examined other policy documents, such as the China-AU Joint Programme on Poverty Reduction and China's White Papers on Foreign Aid. The two policies illustrate a significant change in China's approach to alleviating poverty in its partner countries. Poverty became a clear focus of China's aid, with concrete strategies to address the problem.

The joint program emphasizes sharing experiences related to poverty alleviation and providing technical assistance in critical sectors for poverty alleviation, including health care (including the prevention and treatment of infectious diseases), agriculture (technology transfer), and the water sector. Comparatively to China's Eight Principles, the China-AU Joint Programme demonstrates a greater level of clarity and commitment from China to alleviate poverty in Africa. In comparison to the FOCACs, the sectoral intervention has remained consistent. Most of the sectors identified by the FOCACs appear in the joint strategy. It should also be noted that the strategies for addressing poverty, such as sharing of experiences and providing technical assistance, are similar to those outlined in the FOCACs of 2009, 2012, 2018, and 2021.

As a final point, this is the first time that both Chinese and African partners have decided to take poverty alleviation to an international level in contrast to the previous FOCACs.

In this regard, we can view the joint program as an innovative tool that placed poverty alleviation at the center of China and Africa's cooperation. It also identified the means, strategies, and principles that guided China's intervention.

The 2014 White Paper on foreign aid complements China's poverty alleviation initiative in Africa⁴⁰. In the preamble of the White Paper, China states that China: "will provide aid to the best of its ability to other low- and middle-income countries, especially the least developed countries (LDCs), to reduce poverty and improve livelihood"⁴¹.

Furthermore, the paper mentions that: "One of the important objectives of China's foreign assistance is to support other low- and middle-income countries to reduce poverty and improve the livelihood of their peoples"⁴².

³⁸ ONE. *Debt Cancellation*. Available at: <https://www.one.org/africa/debt-cancellation/>. In 2013, for example, Lesotho spent \$40 million paying its external creditors. Kenya spent \$620 million, servicing its external debt, which is equal to 20% of the aid it received the same year.

³⁹ CHINA WHITE PAPER 2011. The white paper provided a high-level summary of its aid policy (including different historical contexts, rationale and principles), financing (including three financial arrangements and eight patterns), distribution (geographically and sector-wise), management and international cooperation.

⁴⁰ STATE COUNCIL THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. *China's Foreign Aid (2011)*. In the 2011 White paper on foreign, besides providing data on China's aid, list the result of China's aid. Among other, the paper considered that China has been doing its best to provide foreign aid, to help recipient countries to strengthen their self-development capacity, enrich and improve their peoples' livelihood, and promote their economic growth and social progress.

⁴¹ STATE COUNCIL THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. *China's Foreign Aid (2014)*.

⁴² STATE COUNCIL THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. *China's Foreign Aid (2014)*.

China is committed to addressing poverty through developing the agriculture sector, improving education levels, improving health and medical services, and providing emergency humanitarian assistance when severe disasters occur. A number of these interventions are similar to those mentioned in previous aid policies, such as the FOCACs.

Similar to the China-African Union (AU) joint program on Poverty Reduction, the 2014 White Paper on Foreign Aid specifies that poverty reduction is China's primary objective and identifies intervention sectors. The intervention areas are the same as those identified in the FOCACs and the China-AU Joint Programme. In this regard, the sectoral approach of China can be regarded as consistent.

In China's White Paper 2021, also known as China's International Development Cooperation in the New Era, China outlines its comprehensive views on international development cooperation beyond foreign aid. It is stated that eliminating poverty is the "ultimate objective"⁴³.

Donor Tracker reports that "China links its priorities to the Sustainable Development Goals agenda⁴⁴ while maintaining a strong foundational cultural principle"⁴⁵.

Among these principles are "universal harmony, return of kindness with kindness, the tradition of internationalism (a sense of justice and empathy), and a sense of responsibility as a major country."⁴⁶ The idea that "projects should be proposed, agreed upon, and led by recipient countries" is another fundamental principle of Chinese development cooperation.

The Paper includes eight thematic areas which echo many of the 17 Sustainable Development Goals. These include poverty reduction, food security, health, education, gender equality, infrastructure, sustainable and innovation-driven economic growth, and environmental protection.⁴⁷

In its White Paper of 2021, China outlined the objectives of its development cooperation.

The first objective is promoting a global community of shared futures, which includes helping other developing countries to alleviate poverty and improve people's lives.

The second objective seeks the greater good and shared interests, including preserving mutual benefit for win-win outcomes.

The third objective integrates the South-South cooperation mindset into China's development strategies.

The fourth one consists of promoting the Belt and Road initiative as a public goods.⁴⁸

The Final objective involves assisting partner countries in implementing the UN 2030 Agenda for Sustainable Development (Figure 10).

⁴³ MULAKALA, A; JI, H. Insights on China's 2021 white paper on international development cooperation. *DEVPOLICYBLOG*, 25 jan. 2021.

⁴⁴ UNDP. *Brief* the 2030 Agenda for Sustainable Development is mentioned 16 times. 2021.

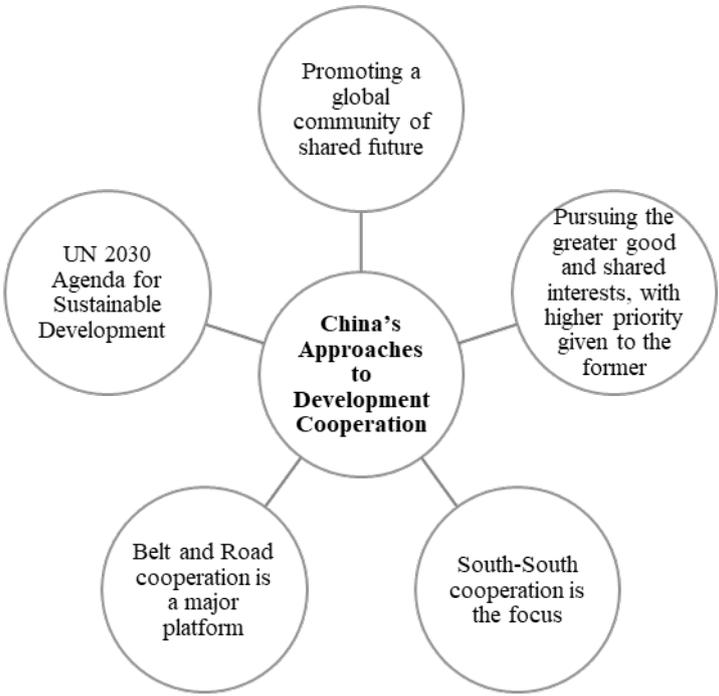
⁴⁵ DONOR TRACKER. *A new era? trends in China's financing for international development cooperation*. 2021. Available at: https://donortracker.org/sites/default/files/insight_pdfs/DT%20Insight%20-%20Trends%20in%20China%27s%20financing%20for%20international%20development%20cooperation_0.pdf

⁴⁶ WHITE PAPER 2021: China considers it a mission to contribute more to humanity. Its wish is to offer more public goods to the international community and join forces with other countries to build a better common future.

⁴⁷ WHITE PAPER 2021: One of the new aspects of the third WP is the explicit inclusion of the South-South Cooperation Assistance Fund (SSCAF) as an emerging and innovative Chinese aid modality, with poverty reduction, agricultural development and food security at its core.

⁴⁸ The Belt and Road aims at promoting policy, infrastructure, trade, financial and people-to-people connectivity, peace, prosperity, opening up, innovation, green development, cultural exchanges, and clean government.

Figure 10 – China’s Approaches to Development Cooperation



Source: Author.

In addition, the 2021 White Paper outlined eight major principles governing China’s development cooperation. However, not all of them are directly related to poverty.

As a first principle, China views other countries as partners and equal members of the international community. As a result, China is prevented from interfering in partners’ efforts to find a development path that fits their national circumstances, imposing its own will on them, attaching political strings, or pursuing its interests. This principle corresponds to the ownership principle as defined by the OECD/DAC.

The second pertains to “doing the best China can to assist”.

A third principle is to improve people’s lives by coordinating plans and strategies with partner countries, supporting social and economic progress, and investing in poverty reduction, disaster relief, education, health care, agriculture, employment, environmental protection, and climate change response, as well as actively participating in emergency humanitarian relief operations.

The fourth principle focuses on providing a partner country with the means for independent development, including sharing of experiences and know-how, training, and empowering government officials. This principle promotes vocational training and technical cooperation and helps countries to improve the skills of their project management personnel and localize project management.

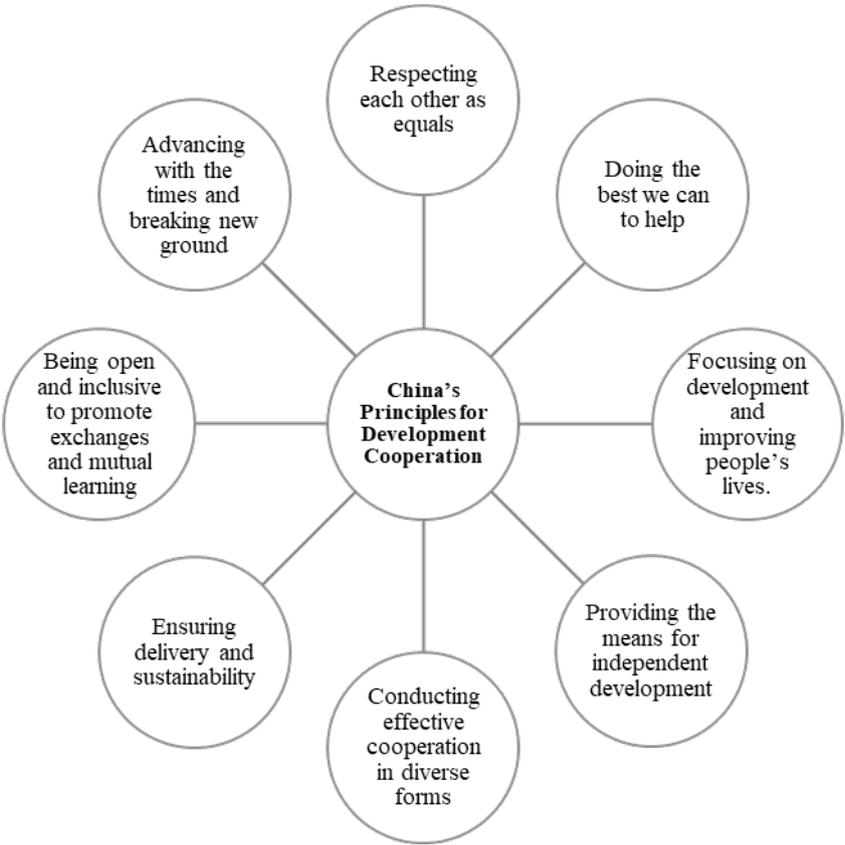
The fifth one focuses on the methods by which China delivers aid.

The sixth principle provides a framework for ensuring the sustainability of China’s intervention through implementation management, supervision, and evaluation.

The seventh principle is to be open and inclusive. The recipient countries should propose, agree, and lead the projects.

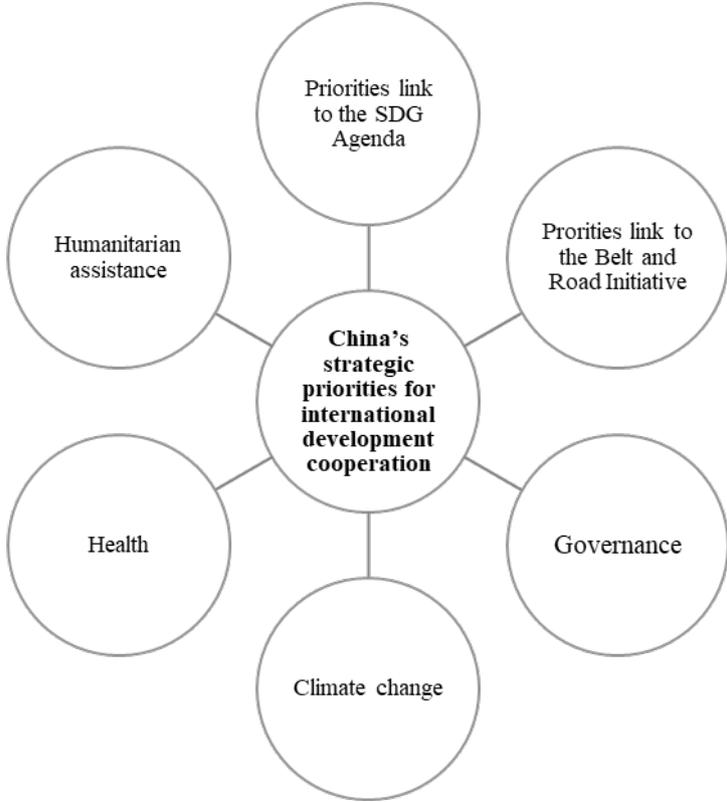
The last principle consists of “advancing with the times and breaking new ground” (Figure 11).

Figure 11 – China’s principles related to poverty reduction



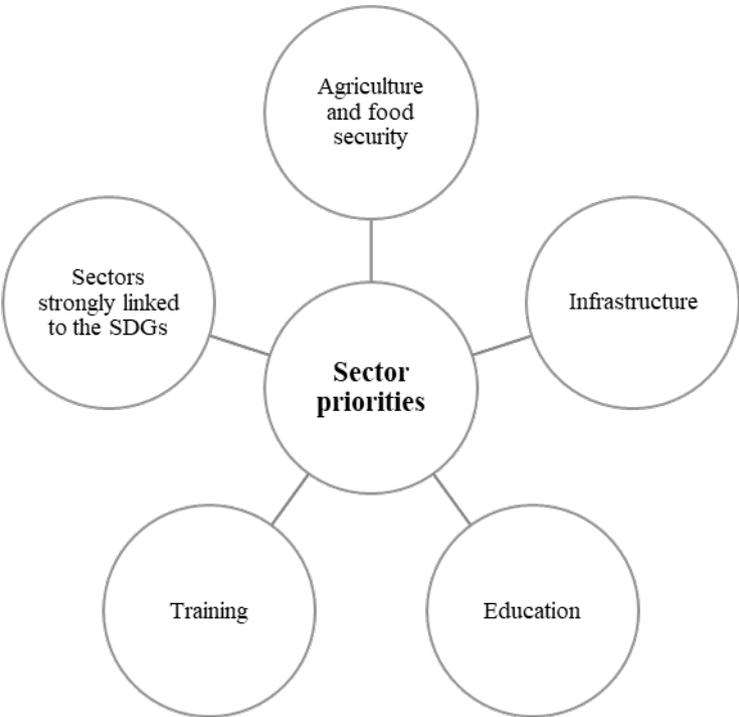
Source: Author.

Figure 12 – 2021 White Paper Priorities



Source: Author.

Figure 12 – Sector priorities



Source: Author.

Table 3 – Mapping poverty reduction in China’s aid policies

Policies	Indirect approach to poverty alleviation	Direct reference to poverty alleviation as goal of China’s aid
Eight Principles on China Foreign Aid	Capacity Building Undefined variables of economic development for alleviating poverty.	
Concessional Loan	Concessional loans is not provided for poverty alleviation/ Grants are considered as an appropriate instrument.	
FOCACs 2000, 2003, 2006	Sectoral approach to poverty alleviation: Agricultural/ Public Health/ Education/ Infrastructure.	
FOCACs 2009 & 2012& 2015		Recognition of poverty as a challenge for the development and identification of tools and sectors for intervention.
FOCAC 2018		Poverty alleviation was clearly mentioned through capacity building and sharing of the Poverty Reduction Experience.
FOCAC 2021 and outputs		Poverty alleviation is considered as one the objective of China’ interventions and the tools are experience sharing, training, dialogues and infrastructure building.
Program for Strengthening China-Africa Cooperation on Poverty Reduction (2014)	No indirect mention was made of poverty.	Poverty reduction as one the objectives of China’s intervention in Africa and identification of sectors for intervention

Policies	Indirect approach to poverty alleviation	Direct reference to poverty alleviation as goal of China's aid
China's White Paper on Foreign Aid 2014		Poverty reduction was an important objective of China's aid and identification of sector for intervention.
China's White Paper on Foreign Aid 2021		Recognition of the need to address poverty and reference to SDGs as a guiding goal for China's intervention in Africa. Tool: experience sharing, infrastructure building. Areas of intervention: Political, economic and social sectors.

Source: Author.

4.2 China's approach to poverty alleviation in Guinea: Approach and limitations

4.2.1 China's policy approach to poverty alleviation in Guinea

China's policies toward poverty alleviation in Guinea follow a top-down approach. Chinese commitments made at various forums (FOCACs) are implemented directly and equally by all members of the FOCACs. The sectors identified and the methods used to combat poverty are the same in all participating countries.

This indicates that China does not have a customize policy and strategy for alleviating poverty in Guinea. Since 2000, most of China's projects in Guinea have been initiated during FOCAC meetings. While most aid decisions are made within the FOCACs, this does not imply that China does not provide aid on demand. Prior to the FOCACs, projects were either delivered on demand or provided at the discretion of China. Furthermore, the embassies also serve as a link between the Guinean government and Chinese authorities. Aside from the general commitment made during the FOCACs, the Chinese Embassy in Guinea assists the central government in assembling requests from the Guinean government. Although the embassy's intermediary role assists both partners (China and Guinea) in identifying and communicating the Guinean authorities' needs, the approach to China delivery remains project-based rather than strategic, program, or issue-based⁴⁹.

For example, as a result of the adoption of the Millennium Development Goals in 2000, followed by many forums on aid effectiveness, including the Paris Declaration, Accra Action Agenda, and Busan Declaration, aid donors have been expected in general to establish dialogue platforms and program-based interventions with recipient countries to address poverty.

China has not followed the traditional donors' country-based dialogue platform in Guinea. According to a Guinean government official, China has been absent from the negotiations to adopt the Guinean Poverty Reduction Strategy Paper in contrast to Guinea's traditional partners. In some ways, this can be explained by the fact that China places a high priority on non-interference principle stated in China's various policy documents. According to one Chinese official, the partner country should be responsible for its development strategies.

Partner countries are given complete discretion to choose what is appropriate for their particular contexts. China's Eight Principles, Section 5 of FOCAC's 2021 declaration,⁵⁰ and Section 3 of China's 2021

⁴⁹ DONOR TRAKER. *A new era? trends in China's financing for international development cooperation*. 2021. Available at: https://donortracker.org/sites/default/files/insight_pdfs/DT%20Insight%20-%20Trends%20in%20China%27s%20financing%20for%20international%20development%20cooperation_0.pdf.

⁵⁰ FOCAC 2021 (5). "China and Africa will uphold and value the principles of no harm and harmony, sincerity, equality, mutual respect, mutual benefits, amity and good faith and the principle of pursuing greater good and shared interests, and adopt a people-

White Paper on Foreign Aid reaffirm China's intention not to dictate or prescribe any lesson to partners⁵¹. From a different perspective, China's non-interference policy reflects, to some extent, the principle of ownership and alignment as recommended by the OECD/DAC. According to Brant⁵², China frequently relies on recipients to select projects, thereby positioning itself as 'recipient-focused' and 'responsive' to the needs of a given country⁵³.

Therefore, instead of prescribing a development formula to the partner countries, China prefers to share its experience. To that end, China launched in 2016 the Global Poverty Reduction & Inclusive Growth (GPIG) Portal, which aims to share best practices and tools for poverty reduction in China, Asia, and worldwide.

Furthermore, before the creation of the portal, China had organized several conferences, workshops, and training sessions on poverty alleviation with Guinea.

The Guinean officials have participated in the following experiences sharing activities related to poverty:

- a) The Seminar on Participatory Poverty Policy and Practice for African Government Officials⁵⁴.
- b) Seminar on Poverty Reduction and Social Development Policy⁵⁵.
- c) Seminar on the MDGs and Sustainable Poverty Alleviation for Government Officials from Francophone Africa⁵⁶.
- d) Seminar on Development-oriented Poverty Alleviation and Practice for Officials from Francophone Africa⁵⁷.
- e) Seminar on Development-oriented Poverty Alleviation and Practice for Officials from Francophone Africa⁵⁸.
- f) Seminar on Rural Public Service and Comprehensive Poverty Reduction for Officials from Francophone Africa⁵⁹.
- g) Seminar on Realization of the UN MDGs for Officials from Francophone Africa Closed in Beijing.⁶⁰

oriented approach in pursuing practical cooperation with efficiency and embrace openness and inclusiveness. China is committed to no interference in African countries' pursuit of development paths that suit their national conditions, no interference in the internal affairs of African countries, no imposition of its own will on African countries, no attachment of political strings to assistance to Africa, and no seeking of political gains in investment and financing cooperation with Africa. China and Africa will follow the principle of common, intensive, green, safe and open development and deepen their friendly cooperation. Africa applauds these principles and approaches, and stands ready to work with China to pass on the traditional friendship from generation to generation".

⁵¹ According to the White paper, "China always supports development cooperation on the basis of the Five Principles of Peaceful Coexistence. It holds that all countries, regardless of size, strength and wealth, are equal members of the international community. When cooperating with other countries for development, no country should interfere in their efforts to find a development path suited to their own national conditions, interfere in their internal affairs, impose its own will on them, attach political strings, or pursue political self-interest."

⁵² BRANT, P. Chinese aid and the aid effectiveness agenda. *The Broker*, 2011. Available at: <https://www.thebrokeronline.eu/chinese-aid-and-the-aid-effectiveness-agenda-d25/>.

⁵³ According to the Chinese President Xi in FOCAC 2018: "China will act in the principles of sincerity, real results, affinity, and good faith, uphold justice while pursuing shared interests, and focus on supporting Africa's capacity-building for internally-driven development in view of Africa's aspiration to reduce poverty, improve people's livelihood" [...] FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION: FOCACs 2018.

⁵⁴ IPRCC 2009: <https://www.iprcc.org/article/40gUgtyAINd>.

⁵⁵ IPRCC 2010: <https://www.iprcc.org/article/40gUnnHhpNz>.

⁵⁶ IPRCC 2011: <https://www.iprcc.org/article/40gUntV2mM7>.

⁵⁷ IPRCC 2011: <https://www.iprcc.org/article/40gUnw19g6x>.

⁵⁸ IPRCC 2012: <https://www.iprcc.org/article/40gUo9HCGbw>.

⁵⁹ IPRCC 2012: <https://www.iprcc.org/article/40gUoBXPqwg>.

⁶⁰ IPRCC 2012: <https://www.iprcc.org/article/40gUoHUiF9Z>.

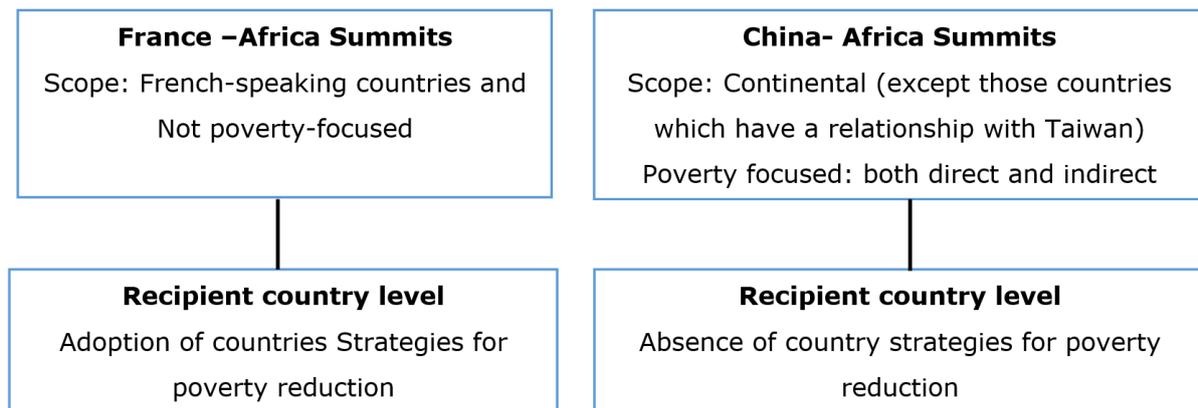
h) the seminars on the Formulation and Implementation of Development and Poverty Reduction Policies organized to the intention of Officials from Francophone Africa; and

i) the Development-oriented Poverty Alleviation Policy and Practice for Officials from Francophone Africa in 2014 (IPRCC 2014, May 27)⁶¹.

Therefore, China’s strategy in Guinea differs from that of OEDC/DAC donors such as France. The Chinese approach does not prescribe any specific policy recommendations. In the output of the 2021 FO-CAC, China committed to

supporting African countries in exploring development paths that are tailored to their national circumstances and supporting their efforts in formulating national development strategies, strengthening governing capacity and improving state governance.⁶²

Figure 13 – Poverty reduction at forums levels and recipient country level



Source: by author.

4.2.2 Limitation: Issues of adaptability, impact evaluation, and delivery mechanisms

China has committed to alleviating poverty in the countries of its partners; however, the strategy has some shortcomings. Among others, there is a lack of adaptability and evaluation of the commitments to address poverty.

China’s approach to addressing development issues within the FOCACs has been criticized for its lack of “differentiation and adaptability”⁶³. The commitments made to African countries do not consider their different stages of development and national conditions. Besides general strategic guidelines, China’s aid policies do not include a country’s strategic plan.

Brant’s study in 2011 about the effectiveness of Chinese aid also supports this conclusion. Unlike traditional donors, China does not develop specific country strategies or programs that include multiyear plans detailing individual projects and objectives.⁶⁴

A second limitation is the absence of an evaluation of China’s impact at the country level. FOCAC’s declarations do not contain poverty alleviation indicators. Therefore, due to the lack of indicators, China’s commitments in the FOCACs are difficult to monitor and evaluate. China’s commitments toward African

⁶¹ IPRCC 2014: <https://www.iprcc.org/article/40gUoWYs8Iw>.

⁶² DAKAR ACTION PLAN, 2022-2024.

⁶³ AN, C. China–Africa cooperation in poverty reduction: the evolution of concepts and characteristics of practices. In: LI, X.; AN, C. (ed.). *The changing World and Africa*. Singapore: Springer Nature Singapore, 2021. p. 513-535.

⁶⁴ BRANT, P. Chinese aid and the aid effectiveness agenda. *The Broker*, 2011. Available at: <https://www.thebrokeronline.eu/chinese-aid-and-the-aid-effectiveness-agenda-d25/>.

countries are currently monitored by the Chinese Follow-up Committee of FOCAC, at least for those pledges made during FOCACs. China's aid impact is primarily evaluated by academia, NGOs, and the media.

It has been confirmed by scholars such as Lancaster that China does not conduct an impact assessment of its aid policies. The author asked the following questions:

Do they [the Chinese government] manage by results? Do they evaluate the outcomes and impact of their aid? 'No' appears to be the answer to all of these questions though they do apparently check to make sure their aid monies were spent in the way planned (i.e., the planned road was constructed).⁶⁵

According to some, China's motivation for providing aid justifies its unwillingness to conduct an impact assessment. We may find a more specific explanation of this situation in the win-win mindset that underlies China's aid program. As a result, it seems unnecessary for both parties to conduct an impact assessment.⁶⁶

In addition, embassies on the ground are not well equipped to carry out such a mission. Furthermore, unlike some traditional donors, such as France, the Chinese Embassy website does not provide any information regarding the amount, type, and impact of the projects financed in Guinea.

Figure 14 – Webpage of China's Embassy in Guinea



Source: China's Embassy in Guinea.

The Chinese Government established SIDCA during the 13th National People's Congress (NPC) in March 2018.⁶⁷ Among its responsibilities are the design and approval of Chinese aid policies and plans, as well as monitoring and evaluating the implementation of aid projects. With the reform of Chinese aid architecture, it that SIDCA will assess the impact of future aid projects. Time will tell whether this new agency will improve China's aid impact by establishing impact evaluation criteria with recipient countries. In the

⁶⁵ LANCASTER, C. *The Chinese aid system*. [S. l.: S. n.], 2009.

⁶⁶ GRIMM, S. *et al. Transparency of chinese aid: an analysis of the published information on chinese external financial flows*. London: Centre for Chinese Studies at Stellenbosch University and Publish What You Fund, 2011. Available at: http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2011/09/Transparency-of-Chinese-Aid_final-for-print.pdf.

⁶⁷ ZHANG, D.; JI, H. *The new chinese aid agency after its first two years*. 2020. Available at: https://devpolicy.org/the-new-chinese-aid-agency-after-its-first-two-years-20200422-2/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=the-new-chinese-aid-agency-after-its-first-two-years-20200422-2.

2021 White Paper, China promises to enhance the supervision and evaluation of its aid as well as to develop an “impartial and independent project evaluation system”.⁶⁸

Last but not least, although China claims to support partner ownership of its development strategy, it is imperative to highlight that it does not provide budget support as a means of supporting local ownership in addressing poverty. According to some, the Chinese cannot contribute significantly to national poverty reduction strategies since they do not offer budget support and provide minimal funding for social sector projects. Thus, their efforts can only be indirect at best.⁶⁹ In the context of China’s aid to Guinea, it has been reported that most of its cooperation frameworks do not align with the Poverty Reduction Strategy Paper (PRSP) or sector strategies. A large portion of its assistance is not accounted for in the state budget⁷⁰.

5 Conclusion

Firstly, poverty alleviation has been at the core of China’s cooperation with its African partners. In the late 1950s, China indirectly referred to poverty alleviation in its aid policies (providing aid to support the self-reliance and economic development of partner countries). The previous FOCACs (2000, 2003, and 2006) recognized poverty as an obstacle to partner development in Africa. Additionally, poverty alleviation was not clearly stated as a goal of China’s aid. The sectoral strategies developed by China and its partners in the FOCACs (2000, 2003, and 2006) focused on sectors considered conducive to poverty alleviation in development literature (such as MDGs). Among them are the education, health, water and sanitation, agriculture, and infrastructure development sectors.

The FOCACs (2009, 2012, 2018, and 2021) established poverty alleviation as a goal of China’s intervention in Africa. The Chinese strategy is geared toward sharing experiences on poverty reduction, organizing seminars, and providing training in order to assist the partner country in addressing poverty. We should also note that other aid policies, such as China’s concessional loan regulation administered by the Exim-Bank, do not adequately target poor countries. Poor countries, which cannot prove their creditworthiness, are not eligible for loans since loans are only provided to creditworthy countries.

The “Program for Strengthening China-Africa Cooperation on Poverty Reduction” places poverty at the center of China-Africa cooperation. It emphasizes sharing experiences in poverty alleviation, providing technical assistance in the health care sector, transferring technology in the agricultural sector, and supplying drinking water to the population.

The 2014 White Paper on China Foreign Aid recognized poverty for the first time (compared to the 2011 White Paper) as a goal of Chinese aid. It identified the following actions to address poverty:

- Supporting agricultural development
- Enhancing education levels
- Improving medical and health services
- Building public welfare facilities
- Providing emergency humanitarian assistance during disasters

⁶⁸ WHITE PAPER, 2021.

⁶⁹ BANIK, D. China’s aid and poverty reduction in Africa. In: YU, G. (ed.). *Rethinking law and development*. London: Routledge, 2013. p. 215-247.

⁷⁰ DIALLO, Y. *Les enjeux de l’assistance technique française en Afrique subsaharienne: le cas d’Adetef*. Paris: Presses Académiques Francophones, 2016.

By aligning China’s development cooperation efforts with the 2030 Sustainable Development Agenda, the 2021 White Paper went beyond its predecessor’s efforts.

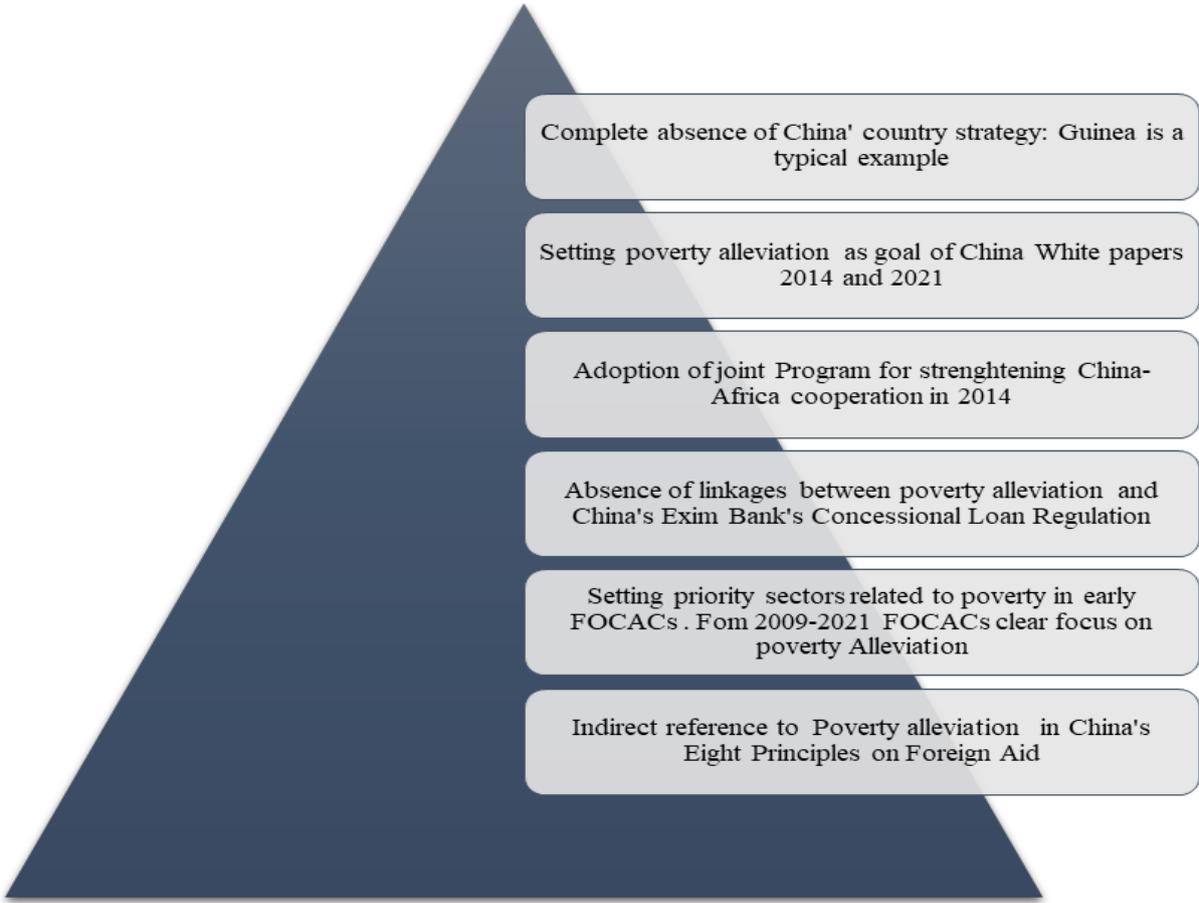
To conclude, it is essential to point out that, contrary to criticism, China has made significant efforts to bring poverty alleviation to the forefront of discussions with its African partners. With different intensities, the aid policies analyzed in this study corroborate China’s intention to address poverty alleviation in partner countries.

This process began in 2009 and was reaffirmed with the 2018 and 2021 FOCACs.

However, China’s commitment to poverty alleviation has not prevented it from integrating non-poverty reduction motives into its aid policies. Many motives can be considered in this regard, including political, strategic, and economic ones.

Although poverty alleviation is mentioned in China’s aid policy documents, it has only been primarily discussed at high forums, mainly at FOCACs organized with African countries. Therefore, at the country level, China has followed the commitments made within the FOCACs and hence uses a “One size fits all strategy” with all recipient countries. As a result, China lacks a national strategy for reducing alleviation.

Figure 15 – Summary of the evolution of the France’s aid focus on poverty reduction in the partner country



Source: Author.

References

- AN, C. China–Africa cooperation in poverty reduction: the evolution of concepts and characteristics of practices. *In: LI, X.; AN, C. (ed.). The changing World and Africa*. Singapore: Springer Nature Singapore. 2021. p. 513-535.
- BARMA, A. Guinea: a chinese deal at 20 billion dollars against mining resources. *La Afrique Tribune*, 8 Sept. 2017. Available at: <https://afrique.latribune.fr/finances/investissement/2017-09-08/guinee-un-deal-chinois-a-20-milliards-de-dollars-contre-des-ressources-minieres-749504.html>.
- BANIK, D. China's aid and poverty reduction in Africa. *In: YU, G. (ed.). Rethinking law and development*. London: Routledge, 2013. p. 215-247.
- BERTHELEMY, J. China's engagement and aid effectiveness in Africa. *African Development Bank: Working papers series*, n. 129, may 2011. Available at: <http://www.afdb.org/>.
- BRANT, P. Chinese aid and the aid effectiveness agenda. *The Broker*, 2011. Available at: <https://www.the-brokeronline.eu/chinese-aid-and-the-aid-effectiveness-agenda-d25/>.
- BRÄUTIGAM, D. *The dragon's gift: the real story of China in Africa*. USA: Oxford University Press, 2011.
- CABESTAN, J. P. Les relations Chine-Afrique: nouvelles responsabilités et nouveaux défis d'une puissance mondiale en devenir. *Hérodote*, n. 150, p. 150-171, Third Term 2013.
- CHINA-AFRICA RESEARCH CENTER. Chinese academy of international trade and economic cooperation. China–Africa trade and economic relationship annual report 2010. *In: FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION*, 2011. *Proceedings* [...]. Available at: <http://www.focac.org/eng/zxxx/t832788.htm>.
- CHINA STATE COUNCIL. *Chinese government's eight principles for economic aid and technical assistance to other countries*. 1964. Available at: http://en.cidca.gov.cn/2018-08/09/c_261159.htm.
- CHINA MINISTRY OF COMMERCE. *China concessional loan regulation*. 1995.
- DAVIES, P. China and the end of poverty in Africa: towards mutual benefit? (report). 2007. Available at: <http://www.abrbrand.com/wp-content/uploads/2016/10/China-and-The-End-of-Poverty-in-Africa-Diakonia-August-2007.pdf>.
- DIAKITE, A. D.; PHILLIPS, J. O. L. Motives of traditional and emerging donors in aid giving: comparative study between China and France. *Journal of Social and Political Sciences*, v. 2, n. 4, p. 1026-1037, 2019. DOI: 10.31014/aior.1991.02.04.140.
- DIALLO, M. Beijing: Guinea initials several agreements with China. *Financial Afrik*, 3 Sept. 2018. Available at: <https://www.financialafrik.com/2018/09/03/pekin-la-guinee-paraphe-plusieurs-accords-avec-la-chine/>.
- DIALLO, Y. *Les enjeux de l'assistance technique française en Afrique subsaharienne: le cas d'Adetef*. Paris: Presses Académiques Francophones, 2016.
- DONOR TRAKER. *A new era? trends in China's financing for international development cooperation*. 2021. Available at: https://donortracker.org/sites/default/files/insight_pdfs/DT%20Insight%20-%20Trends%20in%20China%27s%20financing%20for%20international%20development%20cooperation_0.pdf.
- DOPGIMA, G. *Impact of China's aid on economic development in Africa: the case of Cameroon*. 2013. Thesis (Master's degree) – University of Gothenburg, Gothenburg, Sweden, 2013.
- DOUMBOUYA, S. F. *et al.* Relations between Guinea and China: trade, investment and aid. *AERC Scoping Studies on China–Africa Economic Relations*, Nairobi, 2008.

FITZGERALD, J.; LEIGH, N. G. *Economic revitalization: cases and strategies for city and suburb*. [S. l.]: Sage Publications: Incorporated, 2002.

FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION: FOCACs 2000, 2003, 2006, 2009, 2012, 2015 and 2018.

GRIMM, S. *et al. Transparency of chinese aid: an analysis of the published information on chinese external financial flows*. London: Centre for Chinese Studies at Stellenbosch University and Publish What You Fund, 2011. Available at: http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2011/09/Transparency-of-Chinese-Aid_final-for-print.pdf.

GUINEA: The Chinese government offers technical agricultural training to 50 Guinean executives. *Xinhua News*, 12 aug. 2019. Available at: http://french.xinhuanet.com/afrique/2019-08/13/c_138305046.htm.

GULOBA, M. *et al.* The impact of China-Africa aid relations: the case of Uganda. *AERC Collaborative Research China: Africa Project*, n. 10, nov. 2010.

IPRCC. *Seminar on development-oriented poverty alleviation policy and practice for officials from francophone Africa*. 2014. Available at: <http://www.iprcc.org/Index/skip/cid/3402.html>.

JIABAO, W. *Hand in hand for global poverty reduction: speech of Wen Jiabao at Shanghai Conference on scaling up poverty reduction work*. 2004. Available at: https://web.worldbank.org/archive/website00819C/WEB/PDF/WEN_JI-2.PDF.

KAPCHANGA, M. China's aid to Africa needs transparency. *Global Times*, 2013.

KEQIANG, L. *China's commitment to reinforce the Sino-Africa strategic partnership: speech presented at the African Union*, Addis Ababa. May 2014.

KEITA, N. 60 years of Sino-Guinean cooperation: what are the achievements? *Chine Magazine*, 8 may 2019. Available at: <https://www.chine-magazine.com/60-annees-de-cooperation-sino-guineennes-quels-sont-les-acquis/>.

KEYNOTE speech by chinese president Xi Jinping at opening ceremony of 8th FOCAC ministerial conference. *Xinhua News*, 2 dec. 2021. Available at: http://www.news.cn/english/2021-11/29/c_1310341184.htm.

LANCASTER, C. *The Chinese aid system*. [S. l.: S. n.], 2009.

LEI, L. China, Africa will strengthen poverty relief exchanges. *China Daily*, 15 aug. 2018. Available at: <http://www.chinadaily.com.cn/a/201808/15/WS5b73649aa310add14f385c3f.html>.

LUM, T.; FISCHER, H.; GOMEZ-GRANGER, J.; LELAND, A. China's foreign aid activities in Africa, Latin America, and Southeast Asia. In: CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE REPORT FOR CONGRESS, 2009, Washington D. C. *Proceedings* [...]. Washington D. C.: Congressional Research Service, 2009.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. *Forum on China-Africa Cooperation Dakar Action Plan (2022-2024)*.

MULAKALA, A; JI, H. Insights on China's 2021 white paper on international development cooperation. *DEVPOLICYBLOG*, 25 jan. 2021.

NEARLY 90 young guineans benefit from scholarships funded by China. *Xinhua News*, 24 aug. 2019. Available at: http://french.china.org.cn/foreign/txt/2019-08/24/content_75134396.htm.

NOUR, M. The impact of China-Africa aid relations: the case of Sudan. *Policy Brief of African Economic Research Consortium (AERC): Collaborative Research China- Africa Project*, 2010.

OMORUYI, E. *et al.* China's aid and poverty reduction in Africa: the case study of Ethiopia. *International Affairs and Global Strategy*, v. 59, 2017.

PAN, Y. China's foreign assistance and its implications for the international aid architecture. *World Century Publishing Corporation and Shanghai Institutes for International Studies China Quarterly of International Strategic Studies*, v. 1, n. 2, p. 283–304, 2015. DOI: 10.1142/S2377740015500141.

SNOW, P. The star raft: China's encounter with Africa. *The Journal of Modern African Studies*, v. 27, n. 4, p. 691-693, dec. 1989.

STRANGE *et al.* *China's development finance to Africa: a media-based approach to data collection*. Center for Global Development, 2013. (Working Paper, n. 32).

SUN, Y. China's aid to Africa: monster or messiah? Brookings East Asia Commentary, 2014.

STATE COUNCIL THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. *China's Foreign Aid (2011)*.

STATE COUNCIL THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. *China's Foreign Aid (2014)*.

WEI, H. *Ambassador of China in Guinea*. 2019. Available at: http://french.china.org.cn/business/txt/2019-10/29/content_75352103.htm.

WILL, R. China's stadium diplomacy. *World Policy Journal*, 2012. Available at: <http://www.worldpolicy.org/journal/summer2012/chinas-stadium-diplomacy>.

WOODS, N. Whose aid? Whose influence? China, emerging donors and the silent revolution in development assistance. *International Affairs*, v. 84, n. 6, p. 1205-1221, 2008.

ZHANG, D.; JI, H. *The new chinese aid agency after its first two years*. 2020. Available at: https://devpolicy.org/the-new-chinese-aid-agency-after-its-first-two-years-20200422-2/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=the-new-chinese-aid-agency-after-its-first-two-years-20200422-2.

Para publicar na revista Brasileira de Políticas Públicas, acesse o endereço eletrônico www.rbpp.uniceub.br
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.